



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL
DO **AMBIENTE** E DO **MAR**
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

**PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA
DA ILHA DAS FLORES**

DECLARAÇÃO AMBIENTAL



DECLARAÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DA ILHA DAS FLORES (POOC Flores)

Em cumprimento do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e a Directiva n.º 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, foi elaborada a Declaração Ambiental relativa ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores, a qual se encontra estruturada de acordo com as subalíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10º do mencionado diploma. Constituem anexos a esta Declaração Ambiental o Relatório Ambiental (Anexo I) e o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do POOC Flores (Anexo II).

i) Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no POOC Flores

Após aprovação da proposta do POOC Flores pela Comissão Mista de Coordenação (CMC), a qual acompanhou os respectivos trabalhos de elaboração, foi colocada em discussão pública a documentação relativa à Fase III do POOC (Proposta de Plano). O Relatório Ambiental inseriu-se nessa fase por constituir um dos elementos para aprovação em resultado da avaliação do modelo de ordenamento proposto e respectivos documentos. Constituiu um exercício prospectivo de Planeamento Ambiental, onde os impactes passíveis de serem previstos no domínio do ambiente foram identificados, tendo-se alargado o seu reconhecimento, sempre que possível, às áreas da socio-economia e da governação.

A aproximação a um Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) prendeu-se com a necessidade crescente de assegurar que as repercussões ambientais de certos planos e programas fossem identificadas e avaliadas anteriormente à sua aprovação e implementação. Assim, considera-se que foi dado mais um passo significativo no processo de desenvolvimento sustentável, que tem levado à expansão deste instrumento de avaliação a nível internacional. Procedeu-se à sistematização dos impactes significativos da aplicação da proposta de Plano, nomeadamente ao nível da análise dos impactes territoriais dos usos do solo do modelo de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ordenamento previsto para a área de intervenção, à avaliação dos impactes causados pelos projectos definidos para a área de intervenção (conjunto de opções estratégicas) e à AAE com base nos principais descritores ambientais.

O Relatório Ambiental procurou sistematizar e avaliar os impactes dos projectos (estudos, obras, acções e medidas) distribuídos pelos nove programas e sobre os quais poderia influenciar, tendo determinado quais deles tiveram impactes significativos no ambiente.

Mediante os resultados da avaliação, os impactes foram classificados em positivos e negativos em dois níveis distintos, designadamente a avaliação global do programa e a avaliação restrita do projecto, não tendo sido identificados os impactes por acção. É de salientar que as observações feitas relativamente aos pontos negativos foram tomadas como medidas cautelares e mitigadoras.

Com base na análise realizada, foi possível constatar que o modelo de ordenamento da área de intervenção do POOC Flores assenta num conjunto de opções estratégicas com consequências ao nível da gestão dos recursos naturais, definição de usos e no desenvolvimento de medidas que asseguram os padrões correntes de qualidade ambiental.

ii) Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (e dos artigos 47º e 48º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o Decreto-lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro) e os resultados da respectiva ponderação

Durante o período de Discussão Pública do POOC Flores, entre os dias 3 de Dezembro de 2007 e 15 de Janeiro de 2008, estiveram disponíveis na Câmara Municipal das Lajes das Flores, na Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, nos Serviços de Ambiente das Flores e do Corvo, na Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos e no sítio <http://www.azores.gov.pt//portal/pt/temas/cidadao/ambiente>, para consulta dos interessados os seguintes documentos: Regulamento; Planta de Síntese; Planta de Condicionantes; Modelo de Intervenção; Plano de Zonas Balneares; Programa de Execução e Plano de Financiamento; Relatório Ambiental; Resumo Não Técnico; e Fichas de Participação.

No decorrer do período de discussão pública houve treze participações, tendo contribuído para o processo de Discussão Pública doze particulares e a Agência para a Promoção do Investimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

dos Açores (APIA), que apresentou uma intervenção de carácter diversificado, com o objectivo de incentivar a abertura da Região a novos mercados.

As participações efectuadas abordaram diversas áreas temáticas, designadamente: construção nas freguesias da Fajã Grande e Lomba; alargamento da zona de construção no Pau Queimado e no Cerrado Martins; rentabilização das águas quentes na costa do Lajedo; infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais; e classificação dos locais de interesse cultural e paisagístico.

A principal alteração efectuada no POOC Flores, decorrente do processo de Discussão Pública, resultou da participação da APIA e conduziu à alteração do n.º 2 dos artigos 24º e 25º do Regulamento, viabilizando a possibilidade de construção de infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais reconhecidas como imprescindíveis à viabilidade económica dos projectos, desde que os mesmos tenham sido classificados como de Interesse Regional. Para além disso, foram efectuadas algumas rectificações. Salienta-se que foi elaborado um parecer geológico, o qual se anexou às respostas referentes às participações, cujo tema central foi a construção na Ponta da Fajã Grande.

iii) Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

Considerando a área de intervenção do POOC Flores, objecto de avaliação ambiental, este Plano não é susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado-Membro da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

iv) Razões que fundamentaram a aprovação do POOC Flores à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

O litoral açoriano parece conjugar tendências reactivas e pró-activas. Estas influenciaram a concepção dos cenários de evolução do POOC Flores, na Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento, tendo por base os pressupostos seguintes: Cenário Reactivo, correspondente à previsão das consequências da execução de soluções territoriais, de medidas e de acções que pretendem contrariar ou eliminar as situações de conflito, em especial as consideradas graves, bem como as situações de risco, e prevenir, numa maior ou menor extensão, o surgimento de novas situações



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

de conflito e de risco; e Cenário Pró-activo, que traduz as consequências previstas da intervenção de uma Administração actuante, protagonista do processo de transformação do território, não se limitando a fiscalizar e a licenciar.

A opção recaiu pelo Cenário Pró-activo, por ser o que melhor cumpre os objectivos de desenvolvimento sustentado. Este cenário, embora proponha algumas limitações que advêm fundamentalmente da instabilidade visível de vertentes, simultaneamente abre perspectivas de fruição em outros locais que actualmente se encontram sub-aproveitados. Também os espaços de interesse geológico e os espaços de conservação da natureza são entendidos como áreas de vivência e fruição no respeito pela prevenção da degradação e delapidação de recursos. Estes Espaços apresentarão grau diferenciado de protecção, cingindo os graus mais elevados a áreas e recursos que já carecem de intervenção.

v) Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

O sistema de monitorização do POOC Flores contempla três momentos distintos do processo de monitorização: antes, durante e após a tomada das medidas contempladas no Plano. Os seus objectivos prendem-se com a aquisição de informação que permita avaliar as alterações ambientais (sistema biofísico e qualidade da água), territoriais (ocupação do solo) e socio-económicas (qualidade de vida) na área de intervenção do Plano. A quantificação dos efeitos (sucesso e eficácia) decorrentes da implementação do POOC Flores foi a principal justificação para a elaboração do Plano de Monitorização, com o objectivo de avaliar em que medida vão sendo atingidos os objectivos do mesmo, o seu grau de implementação e de sucesso, de modo a permitir identificar eventuais desvios daqueles objectivos ou da respectiva estratégia, detectar lacunas ou erros das respectivas propostas, ou determinar correcções ao nível das propostas formuladas no Programa de Execução.

Reconhece-se, logo à partida, a complexidade em discriminar todas as causas possíveis para as modificações que poderão ocorrer no funcionamento do ecossistema (factores imprevisíveis), circunstância inerente à própria dinâmica dos ambientes aquáticos (factores de incerteza). Considera-se, no entanto, que um dos aspectos fundamentais da monitorização consiste em colmatar as lacunas de conhecimento, detectadas nas fases de preparação do Plano. Assim, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

resposta do sistema (ambiental, territorial e socio-económico) ditará o reajustamento das medidas que se preconizam, sendo esta a noção de flexibilidade do processo de planeamento em curso.

Nesta sequência, o Plano de Monitorização contempla o enquadramento geral das acções de monitorização, a sistematização dos indicadores e a definição de elementos adicionais de auxílio à implementação. A avaliação *ex-post* e *ex-ante* visa permitir a verificação do grau de sustentabilidade do POOC Flores, baseado num Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e parâmetros de referência que possibilitem o progresso de uma avaliação *in continuum* (*on-going evaluation*).

Atendendo à necessidade de sublinhar os indicadores que se consideraram prioritários na avaliação do estado da implementação e sucesso do POOC Flores, permitindo deste modo adequar o número de indicadores propostos, sob pena do Plano de Monitorização perder operacionalidade, procedeu-se à identificação dos seguintes indicadores-chave:

Sector	INDICADORES		
	Designação do Indicador	Unidades	Periodicidade
AMBIENTAL	Elementos meteorológicos relevantes para a gestão de recursos hídricos	-	Diária
	Agitação marítima	-	-
	Qualidade da Água – Consumo Humano / Recursos hídricos e hidrológicos	-	-
	Qualidade da Água – Zonas Balneares	-	Sazonal a pontual
	Tratamento e destino final dos RSU e efluentes	Número	Anual
	Áreas de degradação paisagística	Número	Anual
	Qualidade Ambiental (Flora e Fauna)	-	Anual
SOCIO-ECONÓMICO	População empregada residente por sector de actividade económica	%	Anual
	Espaços para uso recreativo	ha	Anual
	Qualidade de infra-estruturas e equipamentos	-	Anual
TERRITORIAL	Área em perigo geológico / Evolução da linha de costa	ha	Anual
	Orla costeira artificializada	Metros	Anual
	Zonas balneares classificadas	Número	Anual
	Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza	ha	Anual
PROGRAMAS/ PROJECTOS/ PROPOSTAS	Conformidade entre os objectivos gerais do Plano e os resultados obtidos	Objectivos	Bianual
	Conformidade entre os objectivos específicos do Plano e os resultados obtidos	Objectivos	Anual
	Concretização dos Programas propostos no Plano	Programas	Anual
	Concretização dos Projectos propostos no Plano	Projectos	Anual



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

	Cumprimento do prazo de execução por projecto e por programa	Programas/ Projectos	Anual
	Programas/projectos cujos custos de execução foram ultrapassados por rubrica e montante	Programas/ Projectos	Anual
	Taxa de execução anual do Plano de Financiamento	Ações/ Projectos	Anual

O Plano de Monitorização recomenda, assim, uma campanha de monitorização de dados inicial, preferencialmente antes do início da implementação do POOC Flores, de modo a se obter a situação de referência. Deverá ocorrer uma monitorização do tipo "operacional" durante a implementação das medidas do Plano, e até dois anos após o seu término, após a qual se passará à "monitorização de vigilância", excepto no caso de ocorrência de alteração súbita nos parâmetros analisados.

A avaliação *in continuum* das condições ambientais e socio-económicas da área de intervenção do POOC Flores implicam, não só a recolha, tratamento e armazenamento de informação sobre os variados parâmetros, mas também compreendem a integração das disposições do Plano. Assim, e no caso das medidas apresentadas no POOC não se mostrarem eficazes ou se ocorrerem impactes negativos decorrentes da sua implementação, deverá haver um reajuste das medidas a implementar de modo a salvaguardar os interesses e os objectivos preconizados.

Ponta Delgada, 28 de Novembro de 2008.

O Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

José Virgílio de Matos Figueira Cruz



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ANEXO I



FASE IV – VERSÃO FINAL DO PLANO

VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA
FLORES

Março 2008



Governo dos Açores





Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia

Iniciativa Comunitária INTERREG III B 2000-2006

Açores-Madeira-Canárias





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Andrea Zita Botelho

COORDENAÇÃO EXTERNA

Fátima Alves

COORDENAÇÃO INTERNA

Susana Lacerda

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carlos Silva

SIG

Pedro Monteiro
António Medeiros

JURISTAS

José Cunhal Sendim
António Lorena de Séves

ARQUITECTURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Pedro Mora Porteiro
Cláudia Ávila Gomes
Arnaldo Raposo

DINÂMICA E DEFESA COSTEIRA

Fernando Veloso Gomes
Francisco Taveira Pinto

BIOLOGIA / ENGENHARIA DO AMBIENTE

Ana Cristina Costa
Maria Ana Dionísio
Nelson Santos
Pedro Raposeiro
Pedro Rodrigues
Sandra Monteiro
Vera Malhão

GEOCIÊNCIAS

José Pacheco
Rui Coutinho
Nicolau Wallenstein
Adriano Pimentel
Rita Marques
Rui Marques

PLANEAMENTO / GEOGRAFIA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Fátima Alves
Andrea Zita Botelho
Susana Lacerda
Adriano Quintela

ECONOMIA

Mário Fortuna
Francisco Silva
Ricardo Cabral

COLABORADORES

Elvira Lameiras Pereira
Bruno Couto Rangel



ÍNDICE

ÍNDICE DE VOLUMES

- VOLUME 1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
- VOLUME 2. SÍNTESE E MODELO DE INTERVENÇÃO
- VOLUME 3. PLANOS DE ZONAS BALNEARES
- VOLUME 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO
- VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL
- VOLUME 6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO
- VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

ÍNDICE

VOLUME 5 – RELATÓRIO AMBIENTAL

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – IMPACTES TERRITORIAIS DO MODELO DE INTERVENÇÃO	3
3 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES	6
3.1 – Análise global por programa	7
3.2 – Análise pormenorizada por projecto.....	9
4 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	22
4.1 – Análise das Matrizes	24
4.2 – Discussão	27

ANEXO

Matrizes de Impacte – Avaliação Ambiental Estratégica

RELATÓRIO AMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Ambiental (RA), corresponde à formalização da Fase IV (Versão Final do Plano) do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha das Flores, em conformidade com os conteúdos definidos para as orientações prévias em termos de ordenamento da área de intervenção, com base no cenário de desenvolvimento (Pró-activo) aprovado pela CE e CMC.

Após aprovação pela CE e CMC, foi colocado em discussão pública a documentação relativa à Fase III (Proposta de Plano). O RA insere-se nessa fase por constituir um dos elementos para aprovação em resultado da avaliação do Programa de Execução e do Plano de Financiamento proposto. Constitui um exercício prospectivo de Planeamento Ambiental onde os impactes passíveis de serem previstos no domínio do ambiente são identificados, tendo-se alargado o seu reconhecimento, sempre que possível às áreas da sócio-economia e da governação.

A aproximação a um Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) prende-se com a necessidade crescente de assegurar que as repercussões ambientais de certos planos e programas sejam identificadas e avaliadas anteriormente à sua aprovação e implementação. Assim, é dado mais um passo significativo no processo de desenvolvimento sustentável que tem levado, ao nível internacional, à expansão deste instrumento de avaliação, designado de AAE.

A metodologia geral proposta para o RA do POOC em questão, visa atingir plenamente os objectivos expressos na legislação em vigor sobre esta matéria, particularmente, os consignados no ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe a Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001.

De facto, a Directiva Comunitária (2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001) relativa à Avaliação dos Efeitos de Determinados Planos e Programas no Ambiente, apresenta como objectivo (artigo 1º) o estabelecimento de um elevado nível de protecção do ambiente na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Para tal, visa garantir que determinados planos e programas, susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental.



Constitui-se assim como o quadro de referência para os Estados Membros nesta matéria, estabelecendo os princípios gerais do sistema de avaliação ambiental, mas deixando a seu cargo as especificidades processuais.

No entanto o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho remete a AAE dos Instrumentos de Gestão Territorial para a legislação geral de Ordenamento do Território. Como é sabido a esse nível não existem orientações práticas e operacionais de AAE. Contudo, a Equipa do Plano decidiu apresentar a sua aproximação à AAE dos POOC pois no âmbito de aplicação da Directiva são abrangidos os planos que tenham sido preparados para o ordenamento urbano e rural, ou uso dos solos, consistindo o modelo, a desenvolver, numa estruturação das abordagens de planeamento, análise de processos territoriais relevantes, na vertente da sustentabilidade e nas metodologias de planeamento, investindo nas fases iniciais de concepção e proposta de plano.

Tendo reunido já algum dos elementos necessários, ao longo da elaboração deste plano, quer na fase que decorre quer nas anteriores, proceder-se-á à sistematização dos impactes significativos da aplicação da Proposta de Plano nomeadamente ao nível da análise dos impactes territoriais dos usos do solo do modelo de ordenamento previsto para a AI, a avaliação dos impactes causados pelos projectos definidos para a AI (conjunto de opções estratégicas) e AAE com base nos principais descritores ambientais.

2. IMPACTES TERRITORIAIS DO MODELO DE INTERVENÇÃO

As diferentes utilizações do solo constituem um factor a analisar enquanto potenciais geradoras de pressões neste recurso e nos sectores que dele dependem, provocando diversos impactes territoriais e ambientais. Deste modo, o ordenamento do território assume elevada importância não só no estabelecimento de limites a recursos do solo, face aos usos que os reclamam, como também na tomada de decisões que contribuam para a sua preservação e utilização sustentável.

Na Ilha das Flores, a Zona Terrestre de Protecção (faixa de 500 m) da Área de Intervenção (AI) corresponde aproximadamente a 2670 ha. Do levantamento realizado na Fase I – Caracterização e Diagnóstico do POOC Flores, é possível observar que destina-se na sua maioria à ocupação agrícola (pastagens, vinhas e incultos), em cerca de 24 % da área considerada. Por sua vez, as áreas florestais (floresta de produção e matos) ocupam aproximadamente 4 %, correspondendo os restantes 15 % a áreas edificadas que englobam os espaços urbanos (incluindo infra-estruturas e equipamentos) e industriais.

Em relação à extensão marítima da AI, que engloba a Zona A Marítima, delimitada pela batimétrica dos 30 m, verifica-se que esta corresponde a uma área total de aproximadamente 4850 ha.

Tendo presente que no contexto socio-económico da região se verifica o aumento da pressão urbanística e a expressão da agro-pecuária, no desenvolvimento do Plano foi adoptado o Modelo de Intervenção (MI), resultante das opções tomadas na Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento e que suportam a apresentação do Cenário Pró-activo, aprovado pela CE e CMC.

Assim, como descrito na Fase III – Proposta do Plano, Volume 2. Síntese e Modelo de Intervenção, a AI será dividida em duas zonas. A Zona A delimita um conjunto de áreas (terrestres e marinhas) que pela sua riqueza, importância ou vulnerabilidade deverão ter vocação de uso público com infra-estruturação programada. A Zona B engloba os restantes usos complementares, que asseguram o uso sustentável da orla costeira. As zonas A e B ocupam uma área aproximada de 4267 ha (57 % da área total da AI) e 747 ha (cerca de 18 % da área total da AI), respectivamente.

Na Zona A, este modelo traduz-se nas seguintes categorias de espaço:



A Zona A Terrestre (com cerca de 1920 ha) inclui: Áreas com Vocação Recreativa; Áreas de Interesse Cultural e Paisagístico; Áreas de Protecção e Conservação da Natureza; Áreas Vulneráveis; Áreas de Alto Risco e Áreas Balneares.

As Áreas com Vocação Recreativa ocupam aproximadamente 62 ha (3 % da Zona A Terrestre) e distribuem-se exclusivamente por quatro zonas: Alagoa, Santa Cruz, Lameiros e Fajã de Lopo Vaz.

As Áreas de Interesse Cultural e Paisagístico ocupam cerca de 344 ha (18 % da Zona A Terrestre) localizando-se na Fajã Grande, a Sudoeste (Lajedo) e Caveira.

As Áreas de Protecção e Conservação da Natureza distribuem-se praticamente por toda a ilha, ao longo de uma faixa da zona costeira, representando cerca de 61 % da Zona A Terrestre (cerca de 1168 ha).

As Áreas Vulneráveis, estendem-se por uma faixa ao longo de toda a zona costeira, assumindo uma expressão muito significativa ao longo de toda a costa. Sobrepõe-se quase na totalidade às áreas anteriormente referidas, para além das que não são exclusivas da Zona A. Verifica-se que a sobreposição às várias classes de uso do solo, atingem no total uma área de 1791 ha (cerca de 90 % da Zona A Terrestre).

As áreas de Alto Risco incidem exclusivamente na zona da Ponta da Fajã da Fajã Grande, ocupando uma área de 5 ha, o que corresponde apenas a 0,3 % da Zona A Terrestre.

Não foi possível a contabilização da área total das 9 ZB referidas na ilha, por serem preferencialmente assinalados por pontos, dada a posição geográfica que ocupam e a reduzida dimensão à escala de análise.

No que se refere às Áreas de Projecto definidas no âmbito do POOC da Ilha das Flores, verifica-se que estas correspondem a frentes urbanas litorais, já englobadas em classes de espaço referidas anteriormente, mas que prevêem o desenvolvimento de diversos projectos, nomeadamente:

AP1 – Santa Cruz das Flores (com cerca de 32 ha) – prevê a intervenção nas frentes urbanas do Monte, Norte – Santa Cruz das Flores, Piscinas/Porto do Boqueirão, Porto das Poças/Ribeira do Pomar e Frente Sudeste da Vila – Santa Cruz das Flores. A elaboração de Planos da Zona Balnear do Porto de São Pedro, Porto do Boqueirão, Piscina de Santa Cruz. Pretende a reabilitação da Zona industrial – Santa Cruz das Flores, Porto das Poças e do Parque urbano da Ribeira do Pomar.



AP2 – Lajes das Flores (com cerca de 29 ha) – prevê a intervenção na Pedreira; criação de uma área multiusos; consolidação de arribas na Frente urbana Igreja / Porto das Lajes, Frente urbana Nascente, Frente urbana Sul e Pedreira; construção do Parque urbano da Ribeira; elaboração do Plano de Zona Balnear da Praia da Calheta e; reabilitação do Porto das Lajes.

AP3 – Fajã Grande (com cerca de 9 ha) – prevê a intervenção na Frente urbana da Fajã Grande; a criação de uma Área Multiusos e Área de Equipamentos Públicos (Parque de campismo, Percurso pedonal e ciclável na frente litoral e Variante à marginal). Elaboração de Planos da Zona Balnear da Salema e da Fajã Grande.

No que diz respeito à Zona A Marítima, verifica-se que apenas inclui as Áreas de Protecção e Conservação da Natureza, ao que corresponde uma área de cerca de 31 % (2344 ha) da Faixa Marítima de Protecção da AI.

A Zona B ocupa 28 % da área total da Zona Terrestre de Protecção, sendo o modelo constituído pelas restantes classes de uso do solo da AI do POOC: Áreas Agrícolas, Áreas Florestais e Áreas Edificadas.

As Áreas Agrícolas correspondem a cerca de 56 % (421 ha) da área exclusivamente correspondente à Zona B e distribuem-se um pouco por toda a AI, preferencialmente na zona Norte. As Áreas Florestais distribuindo-se também um pouco por toda AI, ocupando no total 3 % desta (cerca de 22 ha). Por fim, em relação às Áreas Edificadas, verifica-se que estas assumem uma importante expressão em Santa Cruz, Lajes e Ponta Delgada, salvo algumas excepções ao longo da AI, ocupando 41 % do espaço (cerca de 268 ha).

A adopção do Cenário Pró-activo, embora restritivo é o que melhor cumpre os objectivos de desenvolvimento sustentado. Ponderam-se algumas limitações que advêm fundamentalmente do perigo que representa a utilização de alguns locais com sinais visíveis de instabilidade, abrindo perspectivas de fruição em outros locais. Estes espaços apresentam um grau diferenciado de protecção, cingindo os graus mais elevados a áreas e recursos que já carecem de intervenção.

Salientando-se ainda a necessidade de proceder à regulamentação de espaços que, por motivos de risco ou de protecção de pessoas e bens, terão que ser sujeitos a restrições de teor mais elevado como os que são incluídos na Zona A.

Verifica-se assim que a programação/concretização de acções definidas permitirão atingir todos os objectivos específicos propostos, garantindo que os impactes territoriais e ambientais do modelo de intervenção sejam positivos.



3. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Procedeu-se à identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação das propostas de intervenção do POOC constantes nas Fichas do Programa de Execução e do Plano de Financiamento.

Este relatório procura sistematização e avaliação dos impactes dos projectos (estudos, obras, acções e medidas) distribuídos pelos nove programas e sobre os quais pode surgir influência ou controle, determinando quais deles têm ou podem ter impactes significativos no ambiente.

Mediante os resultados da avaliação, os impactes foram classificados em positivos e negativos em dois níveis distintos, a saber:

- Por programa: avaliação global do programa;
- Por projecto: avaliação restrita do projecto, não sendo identificados os impactes por acção.

É de salientar que as observações feitas relativamente aos pontos negativos devem obrigatoriamente ser tomadas como medidas cautelares e mitigadoras.

3.1 – ANÁLISE GLOBAL POR PROGRAMA

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Programa 1 – Intervenções em áreas prioritárias	Melhoria das condições de segurança das habitações existentes e utilização das infra-estruturas situadas na área de influência das zonas intervencionadas. Qualificação de uma zona de recepção para visitantes, turistas e população local e flutuante. Melhoria da imagem urbana e da qualidade de vida da população. Potenciar o desenvolvimento do sector turístico. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Qualificação de núcleos antigos e de frentes urbanas. Definição de regras e parâmetros urbanísticos para a ocupação de uma zona que apresenta conflitos urbanísticos. Melhoria da segurança das habitações existentes e definição de parâmetros para a implantação de novas construções. Ocupação de espaços privilegiados do litoral por equipamentos de utilidade pública. Mitigação dos riscos existentes. Mitigação dos riscos. Criação de percursos pedonais entre os mais importantes equipamentos implantados com ganhos significativos em termos da qualidade do espaço público urbano. Definição de parâmetros para a implantação de novas construções.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras. Volumetria exagerada e aumento dos problemas de instabilidade da arriba, caso não se considere uma implantação adequada. Artificialização da frente urbana e das arribas costeiras, caso não se opte, nos casos onde seja justificável, por uma intervenção mínima. Diminuição do solo urbanizável numa zona muito valorizada, com o aumento do custo dos terrenos. Possibilidade de aumento dos pedidos de viabilidade para a construção nos terrenos disponíveis. Incómodo para os proprietários de espaços industriais e armazéns a reconverter. A estabilização do leito da ribeira pode implicar elevados custos de limpeza e de manutenção das obras.
Programa 2 – Prevenir / Mitigar riscos	Melhoria das condições de segurança das populações e das condições de operacionalidade das entidades administrantes. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos.
Programa 3 – Ambiente e Qualidade de Vida	Garantia da qualidade da água. Consciencialização e envolvimento da população nos processos de preservação do património natural. Fomentar a educação ambiental de modo a que a limpeza e preservação de habitats seja uma realidade.	
Programa 4 - Valorização paisagística	Valorização e preservação do território. Aumento do potencial para o Ecoturismo.	
Programa 5 – Intervenções em Zonas Balneares	Melhoria das condições existentes para fruição pública das zonas balneares.	



	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Programa 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas	Este programa contribuirá para a dinamização do sector turístico na Ilha das Flores, bem como para um maior nível de qualificação profissional dos trabalhadores da referida ilha. Deste modo, esta passará a ser uma ilha mais atractiva em termos turísticos. Os projectos propostos no âmbito da pesca visam combater a actual estagnação do sector das pescas na Ilha das Flores. Incremento da indústria do turismo. Promoção do desenvolvimento sustentável.	Aumento da pressão turística.
Programa 7 – Infra-estruturas e Equipamentos		
Programa 8 – Gestão, fiscalização, normas e regulamentos	Dotação de melhores instrumentos de gestão territorial e melhoria das condições de segurança das populações. Cumprimento de toda a legislação existente na RAA com manutenção e recuperação do meio ambiente e habitats.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos. Resistência por parte da população à aplicação das leis e fiscalização das mesmas.
Programa 9 – Monitorização	Dotação de melhores instrumentos de gestão territorial e melhoria das condições de segurança das populações. Possibilitar o desenvolvimento de sistemas de alerta para perigos geológicos.	

Os impactes previstos são significativamente positivos. Na implementação dos diversos programas e respectivos projectos e acções promove-se claramente a melhoria da qualidade do ambiente, em geral, e das condições de vida das populações locais, em particular. É significativo o impacto ao nível do ordenamento e gestão urbanística através da regulação urbanística dos usos e actividades e ainda ao nível do aumento da atractividade da ilha, de forma a potenciar o desenvolvimento económico local.

Os impactes negativos identificados resumem-se ao domínio da governação uma vez que decorrem, na sua maioria, de legislação nova que possa surgir na sequência de alterações legislativas. O aumento da pressão turística identificada na implementação do Programa 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) não é significativo, dadas as particularidades da ilha uma vez que a sua dimensão permite um controlo mais eficaz da incidência dessa mesma pressão.

3.2 – ANÁLISE PORMENORIZADA POR PROJECTO

PROGRAMA 1 – Intervenções em áreas prioritárias

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 1.1 – Frente Urbana da Fajã Grande	Qualificação de uma zona que é a recepção para visitantes, turistas e população local e flutuante.	
Projecto 1.2 – Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor para a frente marítima da Fajã Grande	Melhoria da imagem urbana da Fajã Grande e da qualidade de vida da população. Potenciar o desenvolvimento do sector turístico. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	
Projecto 1.3 – Frente urbana Igreja / Porto das Lajes das Flores	Qualificação do núcleo antigo da Vila das Lajes. Definição de regras e parâmetros urbanísticos para a ocupação de uma zona que apresenta conflitos urbanísticos.	
Projecto 1.4 – Frente urbana Nascente – Lajes das Flores	Melhoria da segurança das habitações existentes e definição de parâmetros para a implantação de novas construções.	
Projecto 1.5 – Frente urbana Sul – Lajes das Flores	Ocupação de um espaço privilegiado do litoral por equipamentos de utilidade pública.	Volumetria exagerada e aumento dos problemas de instabilidade da arriba, caso não se considere uma implantação adequada.
Projecto 1.6 – Frente Sudeste da Vila – Santa Cruz das Flores	Desenvolvimento do Turismo de Congressos. Possibilidade de organização de acontecimentos de média/grande dimensão (feiras espectáculos, etc.). Ocupação de um espaço privilegiado do litoral por um equipamento de utilidade pública.	Volumetria exagerada e aumento dos problemas de instabilidade da arriba, caso não se considere uma implantação o mais afastada possível da crista da arriba.
Projecto 1.7 – Frente urbana do Porto das Poças / Ribeira do Pomar	Mitigação dos riscos existentes. Qualificação da frente urbana consolidada da Vila de Santa Cruz. Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	Artificialização de toda a frente urbana, caso não se opte, nos casos onde seja justificável, por uma intervenção mínima. Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.
Projecto 1.8 – Frente urbana Piscinas / Porto do Boqueirão	Mitigação dos riscos, relação directa de vistas e continuidade espacial entre o terreno do hotel e o litoral. Criação de um percurso pedonal entre os mais importantes equipamentos implantados nesta frente litoral com ganhos significativos em termos da qualidade do espaço público urbano.	Diminuição do solo urbanizável numa zona muito valorizada, com o aumento do custo dos terrenos. Possibilidade de aumento dos pedidos de viabilidade para a construção nos terrenos disponíveis, como forma de garantir uma posição antecipada à entrada em vigor das novas regras urbanísticas.



PROGRAMA 1 – Intervenções em áreas prioritárias (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 1.9 – Frente urbana Norte – Santa Cruz das Flores	Qualificação de uma zona actualmente degradada e redução dos riscos pela presença da arriba.	Artificialização da arriba costeira, caso não se opte por uma intervenção integrada e mínima. Incómodo para os proprietários de espaços industriais e armazéns a reconverter.
Projecto 1.10 – Frente urbana do Monte	Melhoria da segurança das habitações existentes na frente litoral do lugar do Monte. Definição de parâmetros para a implantação de novas construções.	
Projecto 1.11 – Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor da Ribeira dos Barqueiros	Melhoria da imagem urbana da Ribeira dos Barqueiros e da qualidade de vida da população. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	Não se prevêem impactes negativos, desde que as novas intervenções previstas no plano respeitem a integração na paisagem local.
Projecto 1.12 – Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor do Monte	Melhoria da imagem urbana do Monte e da qualidade de vida da população. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	Não se prevêem impactes negativos, desde que as novas intervenções previstas no plano respeitem a integração na paisagem local.
Projecto 1.13 – Área a consolidar – Praia da Calheta	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. A estabilização do leito da ribeira pode implicar elevados custos de limpeza e de manutenção das obras.
Projecto 1.14 – Área a consolidar – Orla costeira - Sul do Aeroporto	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.

Com a implementação dos diversos projectos propostos neste Programa destacam-se os impactes positivos no domínio da qualidade ambiental e urbana através do incremento da melhoria da imagem urbana dos pequenos aglomerados costeiros, das condições de higiene e segurança das populações locais e dos utentes das áreas a sujeitar a intervenção.

Foram identificados impactes negativos neste Programa. Contudo, uma análise detalhada mostra que os impactes poderão ocorrer durante a execução das obras previstas antevendo-se a sua anulação no final da sua construção. Aumento da artificialização de algumas áreas costeiras, caso não se opte por intervenções integradas e mínimas.

PROGRAMA 2 – Prevenir/ Mitigar riscos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 2.1 – Estudos de base relativos à erosão costeira e risco geológico	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. A continuação do programa em curso de registo e tratamento dos dados de agitação marítima na Região, e em particular através do ondógrafo instalado na proximidade da Ilha das Flores, permitirá aprofundar os conhecimentos de hidrodinâmica costeira contribuindo para melhorar a concepção, projecto, construção e manutenção das estruturas de defesa costeira e das infra-estruturas portuárias comerciais, de pesca e recreio. Contribuirá ainda para aprofundar os estudos de erosão costeira e risco geológico. O estudo das correntes litorais e a realização de levantamentos topo-hidrográficos na envolvente da Ilha e em particular das áreas portuárias, frentes costeiras edificadas e zonas costeiras com maior dinâmica permitirá aprofundar os conhecimentos de hidrodinâmica e hidromorfologia costeira, contribuindo para aprofundar os estudos de erosão costeira e de risco geológico e para melhorar a concepção, projecto, construção e manutenção das estruturas de defesa costeira e das infra-estruturas portuárias comerciais, de pesca e recreio.	
Projecto 2.2 – Elaboração de cartas de risco	Melhoria das condições de operacionalidade das entidades administrantes. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	
Projecto 2.3 – Manutenção conjunta das infra-estruturas portuárias e de obras de defesa costeira	Os impactes positivos decorrem dos objectivos de salvaguarda de condições de segurança, manutenção de condições operacionais e funcionais, preservação do património e racionalização de recursos técnicos e financeiros.	
Projecto 2.4 – Estabelecimento do perfil das massas de águas costeiras	Preservação, protecção e melhoria da qualidade do ambiente e de protecção da saúde humana.	
Projecto 2.5 – Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil	Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	
Projecto 2.6 – Estudos de cariz geotécnico – Ponta da Fajã	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	
Projecto 2.7 – Estudos de cariz geotécnico – Fajã de Lopo Vaz	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	
Projecto 2.8 – Estudos de cariz geotécnico – Baía da Alagoa	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	
Projecto 2.9 – Estudo detalhado dos riscos geológicos da Ponta da Fajã	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	



O domínio do ambiente e da governação surgem como as áreas com maiores impactos positivos identificados com a implementação dos Projectos do Programa 2 – Prevenir/ Mitigar Riscos. Esta circunstância decorre da especificidade dos Projectos propostos, uma vez que a sua implementação diminui claramente as situações de risco a que as populações estão expostas, bem como melhora significativamente as condições de operacionalidade das entidades com responsabilidade nesta matéria e aumenta a qualidade ambiental das áreas sujeitas a intervenção. Não foram identificados impactos negativos associados à implementação destes projectos.

PROGRAMA 3 – Ambiente e Qualidade de Vida

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 3.1 – Melhorar a gestão de RSU	Minimizar o impacto ambiental numa perspectiva de análise de ciclo de vida. Contribuir para a eco-eficiência das empresas e da sociedade, incentivando a prevenção e a minimização da produção de resíduos. Gerir as infra-estruturas com o mais elevado nível de protecção dos ecossistemas e da saúde pública.	
Projecto 3.2 – Limpeza das zonas costeiras	Melhoria do ambiente e qualidade de vida, saúde pública e paisagem.	
Projecto 3.3 – Preservação de habitats e espécies	Preservação dos habitats naturais mais ameaçados e representados. Preservação, recuperação e manutenção de espécies de fauna e flora selvagens e endémicos. Controlo do crescimento desmedido da população de coelhos. Uma actividade passível de ser explorada como fonte de lazer para a população local e turistas. Protecção da flora nativa/ endémica e naturalização da paisagem.	Se a caça não for controlada e feita com consciência podem ocorrer problemas de mortalidade excessiva. Risco de acidentes com armas. Descontentamento por parte dos pescadores e mariscadores pelo facto de se verem impedidos de exercer as suas actividade nalguns troços de costa.
Projecto 3.4 – Educação e sensibilização ambiental	Consciencialização e envolvimento da população nos processos de preservação do património natural. Sensibilização da população para os perigos naturais. Maior consciencialização de empresas e população em geral para a problemática do Meio Ambiente. Maior participação da população nas questões ambientais, promovendo a melhor qualidade ambiental e consequentemente melhor qualidade de vida.	

Os impactes previstos reconhecidos no Programa 3 são positivos distribuindo-se pelo domínio do ambiente e sócio-economia. A implementação dos projectos propostos promove, de um modo geral e significativamente, a melhoria da qualidade ambiental e potencia benefícios económicos para as populações locais. Prevê-se ainda o aumento do grau de preservação dos habitats naturais da Ilha das Flores.

Como impactos negativos reconhece-se a oportunidade de ocorrência de conflitos durante o desenvolvimento de algumas obras decorrentes da implementação dos projectos e ainda algum descontentamento das populações face a determinadas restrições que poderão surgir à actividade piscatória.

PROGRAMA 4 – Valorização paisagística

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 4.1 – Exploração do potencial paisagístico da Fajã de Lopo Vaz para aproveitamento turístico	Melhoria das condições de fruição de um ponto turístico importante no que respeita ao turismo activo, com um trilho de elevado valor cénico mas em mau estado de conservação, em articulação com a recuperação e manutenção de ecossistemas costeiros.	A sensibilidade dos ecossistemas costeiros existentes requer uma intervenção cuidada, caso este facto não seja tido em conta poderá assistir-se à degradação de manchas de vegetação endémica ou perturbação dos habitats de avifauna. Por outro lado, a construção de um parque de merendas e de instalações de apoio pode levar à sua degradação, caso não se garanta a manutenção e limpeza periódica da zona.
Projecto 4.2 – Exploração do potencial paisagístico da Fajã do Porto da Lomba, para aproveitamento turístico	Melhoria das condições de fruição de um ponto turístico importante no que respeita ao turismo activo, com um trilho de elevado valor cénico, em articulação com a recuperação e manutenção de ecossistemas costeiros.	A sensibilidade dos ecossistemas costeiros existentes requer uma intervenção cuidada, caso este facto não seja tido em conta poderá assistir-se à degradação de manchas de vegetação endémica. Por outro lado, a construção de um parque de merendas e de instalações de apoio pode levar à sua degradação, caso não se garanta a manutenção e limpeza periódica da zona.
Projecto 4.3 – Exploração do potencial paisagístico do vale da Alagoa para aproveitamento turístico	Melhoria das condições de fruição de um parque de lazer usado pela população e de um ponto turístico importante, em articulação com a recuperação e manutenção de ecossistemas costeiros.	A sensibilidade dos ecossistemas costeiros existentes requer uma intervenção cuidada, caso este facto não seja tido em conta poderá assistir-se à degradação de manchas de vegetação endémica de habitats importantes para a avifauna. Por outro lado, a melhoria das condições de acesso e a ampliação do parque de merendas, pode originar uma área degradada caso não se garanta a manutenção e limpeza periódica da zona.

PROGRAMA 4 – Valorização paisagística (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 4.4 – Projecto de aterro sanitário, encerramento da lixeira e recuperação paisagística da envolvente	Melhoria das condições de higiene e segurança na envolvente mais próxima. Melhoria da qualidade dos ecossistemas numa zona de ZPE. Melhoria das condições de estabilidade das arribas. Diminuição do impacto visual negativo na paisagem.	A morosidade do processo podem implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a segurança de pessoas e dos ecossistemas.
Projecto 4.5 – Planos de recuperação das indústrias extractivas	Melhoria das condições de segurança na envolvente mais próxima e da qualidade dos ecossistemas. Diminuição do impacto visual e sonoro negativo na paisagem. Diminuição dos riscos de obstrução dos cursos de água e instabilidade das arribas costeiras.	A morosidade do processo pode implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a segurança de pessoas e dos ecossistemas.
Projecto 4.6 – Pedreiras – Lajes das Flores	Melhoria da qualidade visual da paisagem numa zona visível a partir de vários pontos. Melhoria da qualidade dos ecossistemas da envolvente. Diminuição dos riscos e instabilidade das arribas costeiras.	

Todos os Projectos apresentam impactes positivos previsíveis. Assumindo particular destaque a valorização e preservação do território e a melhoria das condições de seguranças das populações. Com impacte negativo apenas foi identificado o Projecto 4.3, relativo ao enquadramento paisagístico do troço Sul do aeroporto, havendo a possibilidade de interferência com as condições de segurança dos voos caso não sejam tomadas as devidas condicionantes à arborização da área.

PROGRAMA 5 – Intervenções em Zonas Balneares

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 5.1 – Plano da Zona Balnear da Piscina de Santa Cruz (ZB1)	Melhoria da qualidade de vida da população dispondo de uma estrutura de recreio e lazer junto do núcleo urbano.	
Projecto 5.2 – Plano da Zona Balnear do Porto do Boqueirão (ZB2)	Melhoria da qualidade de vida da população dispondo de uma estrutura de recreio e lazer junto do núcleo urbano.	Eventual incompatibilidade do uso balnear com o uso portuário.
Projecto 5.3 – Plano da Zona Balnear do Porto de São Pedro (ZB3)	Melhoria da qualidade de vida da população dispondo de uma estrutura de recreio e lazer. Recuperação e utilização de uma estrutura que se encontra em mau estado de conservação.	

PROGRAMA 5 – Intervenções em Zonas Balneares (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 5.4 – Plano da Zona Balnear da Baía da Alagoa (ZB4)	Melhoria das condições de utilização da ZB e do Parque da Casa da Guarda.	
Projecto 5.5 – Plano da Zona Balnear do Porto de Ponta Delgada (ZB5)	Criação de condições de utilização balnear que permitem à população dispor de mais uma área de recreio e lazer.	
Projecto 5.6 – Plano da Zona Balnear da Fajã Grande (ZB6)	Melhoria das condições de utilização e diversificação das áreas de recreio e lazer ao dispor da população.	
Projecto 5.7 – Plano da Zona Balnear da Praia da Calheta (ZB7)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	
Projecto 5.8 – Plano da Zona Balnear da Salema (ZB8)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	
Projecto 5.9 – Plano da Zona Balnear da Poça das Mulheres (ZB9)	Criação de condições de utilização balnear que permitem à população dispor de mais uma área de recreio e lazer.	

Foram identificados impactes positivos em todos os Projectos. Promoção significativa da melhoria da qualidade de vida da população em consequência da melhoria das condições de utilização das zonas balneares e do aumento das zonas de recreio e lazer. Apenas foi identificado com impacte negativo o Projecto da Zona Balnear do Porto do Boqueirão pelos eventuais conflitos entre o uso balnear e o uso portuário.

PROGRAMA 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 6.1 – Introdução de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis	Fomento de uma actividade económica emergente para a qual a ilha parece ser particularmente vocacionada. Melhoria da qualidade de vida dos habitantes por introdução no mercado local de produtos agrícolas saudáveis e de produção local, diminuindo a dependência da ilha de produtos vindos do exterior, enriquecendo a dieta da população local; Melhoria da saúde pública por redução de contaminantes do solo e das águas (redução da poluição difusa).	Resistência por parte dos agricultores à alteração das rotinas e hábitos.



PROGRAMA 6 – Desenvolvimento e Actividades Económicas (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 6.2 – Reconversão de parte da frota inactiva para as actividades marítimo-turísticas	Sendo o turismo o principal candidato a promotor do desenvolvimento económico na Ilha das Flores, este projecto de diversificação da oferta turística da Ilha das Flores poderá ter um efeito bastante positivo na atractividade turística da referida ilha. Aumento da competitividade das empresas que efectuem percursos turísticos e transportes de pessoas e bens.	Aumento da perturbação de avifauna nas falésias e ilhéus em consequência do aumento do tráfego náutico em torno das ilhas.
Projecto 6.3 – Promoção do turismo de natureza e rural	Incremento da indústria do turismo. Diminuição da sazonalidade da actividade turística; maior estabilidade do emprego associado à actividade turística; melhor distribuição do fluxo de visitantes de um território no espaço e no tempo; melhor qualidade dos serviços prestados, dada a proximidade entre promotores e clientes; divulgação e valorização dos produtos de uma região; divulgação e valorização do património de uma região; maior ligação entre a actividade agrícola e a actividade turística; diversificação da oferta turística de uma região; dinamização do seu tecido económico, com especial incidência em pequenas e médias empresas locais; divulgação e sensibilização das populações residentes e dos visitantes para a preservação dos valores naturais; desenvolvimento e regulação das actividades marítimo-turísticas, com impactos positivos na diversidade da oferta turística.	Aumento da pressão turística. Incremento da visita e utilização de zonas naturais.
Projecto 6.4 – Promoção de actividades artesanais		
Projecto 6.5 – Promoção de produtos turísticos	A diversificação da oferta turística através da aposta em produtos com efeitos de redução de sazonalidade poderá constituir uma forma de combater algumas debilidades do sector turístico nesta ilha, como por exemplo o reduzido tempo de estada e a reduzida taxa de ocupação na hotelaria tradicional.	
Projecto 6.6 – Incentivar a animação turística	As acções de animação turística, devido à sua notoriedade, poderão contribuir para o crescimento do sector turístico na Ilha das Flores. Além disso, este tipo de acções poderão combater a tendência de decréscimo de turistas residentes no estrangeiro que visitam esta ilha.	
Projecto 6.7 – Promoção como destino turístico ou escala para a náutica de recreio	Este projecto poderá contribuir para o aumento do número de turistas estrangeiros que visitam a Ilha das Flores dado que o principal objectivo do mesmo é a divulgação da Ilha das Flores como destino turístico.	

Os impactes positivos identificados decorrem da implementação dos projectos e incidem na sua maioria no domínio da sócio-economia. Estes projectos potenciam a diversidade turística, a melhoria das condições de visitação e ainda o aumento da competitividade empresarial local, em particular as actividades ligadas ao sector turístico.

São poucos os projectos onde se perspectiva a ocorrência de impactes negativos. Os impactes são, na sua maioria, no domínio do ambiente cuja significância não   relevante uma vez que são temporários em decorrência do início da implementa o das diversas ac oes. Reconhece-se também, a eventual resistência das popula oes como factor negativo a considerar devido   necessidade de alterar rotinas e hábitos.

PROGRAMA 7 – Infra-estruturas e Equipamentos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 7.1 – Amplia�o e recupera�o da rede viária municipal e regional	Melhoria das condi�es de circula�o e de segurança rodoviária. O melhoramento das acessibilidades desta ilha poderá contribuir para o aumento da circula�o de pessoas e para um maior dinamismo econ�mico e social da referida ilha.	Inc�modos causados pelas obras.
Projecto 7.2 – Beneficia�o e reforço das infra-estruturas de apoio � pesca	Este projecto poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento do sector das pescas na Ilha das Flores, um sector que, aliás, se encontra estagnado nesta ilha e que det�m um peso muito reduzido relativamente � Região Aut�noma dos Açores.	
Projecto 7.3 – Recupera�o e requalifica�o de equipamentos destinados � prática da actividade piscatória	Promove uma maior dinamiza�o do sector das pescas na Ilha das Flores. Poderá aumentar o peso do sector da pesca na economia da ilha.	
Projecto 7.4 – �rea Multiusos da Fajã Grande	Salvaguarda para uso público de uma frente litoral do lugar da Fajã. Cria�o de uma zona de recreio com parque de merendas e outros equipamentos, associada � zona balnear e parque de campismo que constitui uma mais valia para o conjunto. Aumento da potencialidade turística da zona.	Cria�o de uma barreira visual ao mar caso não se controle a planta�o de espécies arbóreas. Impactos negativos caso se densifique a zona com excesso de equipamentos.
Projecto 7.5 – Parque de Campismo da Fajã Grande	Promo�o do turismo de natureza com reforço e diversifica�o da oferta de equipamentos e infra-estruturas. Proximidade do núcleo urbano e complementaridade com a zona balnear da Salema e Parque Municipal da frente litoral Sul.	Cria�o de uma barreira visual para o litoral, caso não se tomem medidas que minimizem esse impacte.



PROGRAMA 7 – Infra-estruturas e Equipamentos (cont.)

Projecto 7.6 – Percurso pedonal e ciclável na frente litoral da Fajã Grande	Mais valia para o turismo da ilha por interligar os diversos locais e equipamentos programados para a frente litoral da Fajã Grande, e por permitir o usufruto da costa pela população, de um modo que actualmente não é possível.	No troço das Furnas até à Ponta da Coelhoira (2º troço do percurso), a sensibilidade dos ecossistemas costeiros existentes requer uma intervenção cuidada, caso este facto não seja tido em conta poderá assistir-se à degradação do lugar. Por outro lado, a não observação do princípio de intervenção mínima no desenvolvimento do projecto, poderá por em causa a qualidade paisagística do lugar.
Projecto 7.7 – Variante à marginal – Fajã Grande	Criação de uma alternativa à construção sobre a estrada litoral existente. Recuo das construções relativamente ao litoral. Delimitação de uma faixa de terrenos para a construção do Parque Municipal.	Dispersão das construções pela abertura de uma nova frente urbana. Ocupação de uma área de terrenos que pertenciam a Reserva Agrícola Regional.
Projecto 7.8 – Porto das Lajes	Melhoria das condições para o desenvolvimento das actividades marítimas ligadas turismo náutico. Melhoria das condições de estadia de embarcações de recreio.	Alteração das condições existentes e de estabilidade dos sistemas associados à Zona Balnear da Praia da Areia e foz da Ribeira das Lajes, caso não se tomem medidas que minimizem esses impactes.
Projecto 7.9 – Porto das Poças	Melhoria das condições para o desenvolvimento das actividades marítimas ligadas à pesca e ao turismo náutico. Melhoria das condições de transporte de passageiros.	Alteração das condições naturais e dos ecossistemas existentes na zona. Duplicação de infra-estruturas na Ilha.
Projecto 7.10 – Parque urbano da Ribeira do Pomar	Melhoria das condições de circulação no interior do aglomerado urbano. Requalificação da linha de água e construção de parque urbano com potencialidades para o recreio e lazer da população, com zonas de merendas associada às piscinas. Aumento da potencialidade de recreio e turismo da zona.	
Projecto 7.11 – Parque urbano da Ribeira – Lajes das Flores	Melhoria das condições de estabilidade geológica das arribas e margens das linhas de água. Melhoria da ligação pedonal entre a zona urbana e a Praia da Calheta. Requalificação da linha de água e construção de parque urbano com potencialidades para o recreio e lazer. Aumento da potencialidade de recreio e turismo da zona.	Degradação da zona, caso não se considere a limpeza e manutenção da zona e dos equipamentos instalados.
Projecto 7.12 – Zona industrial – Santa Cruz das Flores	Criação de condições para o desenvolvimento da novas actividades industriais e comerciais. Qualificação de uma zona dissonante e degradada da Vila de Santa Cruz.	
Projecto 7.13 – Área multiusos das Lajes das Flores	Salvaguarda para uso público de uma frente litoral. Criação de uma zona de recreio e outros equipamentos. Aumento da potencialidade turística da zona.	Impactos negativos caso se densifique a zona com excesso de equipamentos.

Foram identificados, em todos os Projectos, impactes positivos com predomínio na área do ambiente e economia. As acções previstas melhoram significativamente a qualidade de vida das populações tendo por base as múltiplas obras de valorização e requalificação dos espaços público e ainda, das intervenções propostas de incremento das actividades locais (sector agrícola e da pesca).

Os impactes negativos foram identificados, de um modo geral, em quase todos os Projectos, com excepção do Projecto do Parque Urbano da Ribeira do Pomar (7.10) e do Projecto da Zona Industrial de Santa Cruz das Flores (7.12). Os impactes previstos são predominantemente de alterações das condições existentes (morfologia do terreno, alteração de usos do solo, abertura de uma frente urbana oceânica). Parte dos impactes negativos identificados poderão ocorrer caso não sejam observadas medidas de minimização desses mesmos impactes.

PROGRAMA 8 – Gestão, fiscalização, normas e regulamentos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 8.1 – Adequar a legislação existente à realidade da RAA	Melhoria das condições de segurança das populações. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria de qualidade ambiental da linha de costa e massas de água adjacente.	Eventuais conflitos decorrentes da colisão da nova regulamentação com direitos adquiridos.
Projecto 8.2 – Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH	Registo da localização e características do tipo de actividade ou imóvel presente no domínio público hídrico.	
Projecto 8.3 – Implementação de um modelo de gestão ambiental participada dos recursos e valorização da componente biológica		
Projecto 8.4 – Fiscalização	Reforço da fiscalização. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Diminuição de actividades delecterias ilegais nas áreas protegidas; melhoria da integridade de habitats e das espécies marinhas exploradas.	Possibilidade de resistência e incompreensão por parte da população.

Fortes impactes positivos no domínio da governação no que se refere ao apoio à tomada de decisão na área do ordenamento e gestão do território, incluindo o cumprimento do normativo existente (fiscalização). Na área social realça-se a melhoria significativa das condições de segurança das populações.

Os impactes negativos podem ser sintetizados no domínio da governação pois foram identificados como previsíveis os conflitos decorrentes de nova legislação.

PROGRAMA 9 – Monitorização

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 9.1 – Monitorizar os impactes das alterações normativas e legislativas	Refinamento da legislação.	
Projecto 9.2 – Monitorização do recuo da orla costeira	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.3 – Monitorização da estabilidade das arribas de Santa Cruz das Flores	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.4 – Monitorização da estabilidade das arribas da Ponta da Fajã	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.5 – Monitorização da estabilidade das arribas da Baía da Alagoa	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.6 – Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã do Conde	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.7 – Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã de Lopo Vaz	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.8 – Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã de Pedro Vieira	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	

PROGRAMA 9 – Monitorização (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 9.9 – Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã Grande	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.10 – Monitorização da estabilidade das arribas do Porto das Lajes das Flores	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 9.11 – Monitorização da sismicidade registada na Ilha das Flores	Melhoria da rede de vigilância sísmica dos Açores. Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil.	
Projecto 9.13 – Monitorização dos recursos hídricos e hidrológicos	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território e de recursos hídricos.	
Projecto 9.14 – Monitorização ambiental das áreas protegidas	Melhoria da eficácia das medidas de protecção ambiental nas áreas protegidas e flora das mesmas. Detecção de ameaças e problemas, levantamento de acções prioritárias para a sua gestão.	

Em todos os projectos foram reconhecidos impactes positivos no domínio social e da governação. Destacam-se os relativos a apoiar a tomada de decisão na área do ordenamento e gestão do território e ainda a melhoria da segurança das populações e bens.

Não foram identificados impactes negativos associados aos projectos.

4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A metodologia de base à avaliação em causa baseia-se na adopção do modelo proposto na Figura 1, se baseia no carácter participativo e na estruturação da análise. Não se optou por metodologias complexas mas sim métodos expeditos de análise.

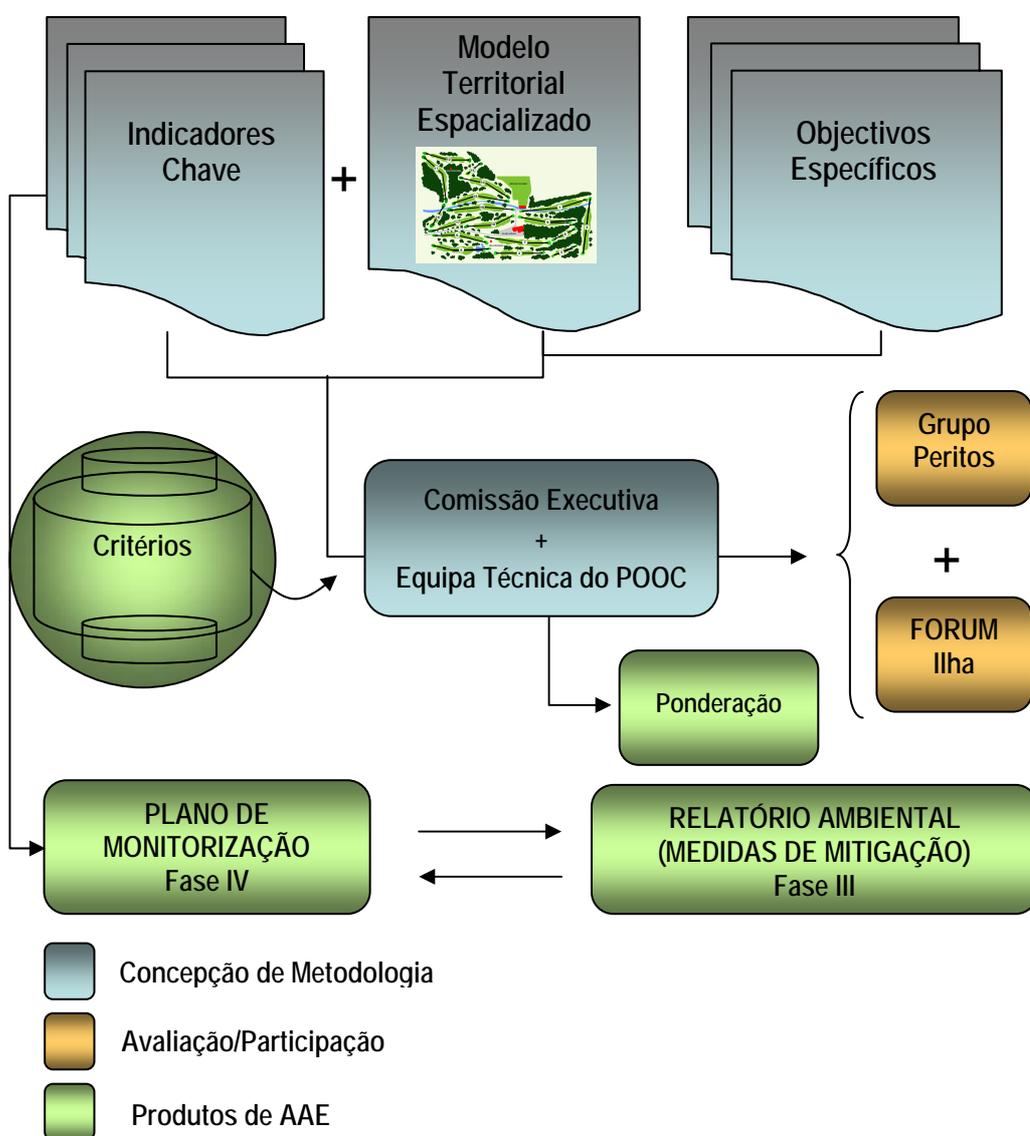


Figura 1. Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica do POOC das Flores.

Os componentes do modelo estruturam-se em Fase de Concepção Metodológica, Fase de Avaliação e Produtos de AAE e são os seguintes:

Indicadores Chave – Apresentados na Fase II, possibilitaram a determinação do cenário a adoptar, constituindo também o cerne do sistema de monitorização com base nas retroacções pretendidas. São:

- População empregada residente por sector de actividade económica;
- Tratamento e destino final dos RSU e efluentes;
- Áreas de degradação paisagística;
- Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza;
- Área em perigo geológico;
- Orla costeira artificializada;
- Zonas balneares classificadas;
- Espaços para uso recreativo.

Modelo Territorial – representa, de forma georeferenciada, o zonamento pretendido para os usos e vocações preferenciais da Área de Intervenção (AI), dividida em duas zonas: A Zona A delimita um conjunto de áreas (terrestres e marinhas) que pela sua riqueza, importância ou vulnerabilidade deverão ter vocação de uso público com infra-estruturação programada; A Zona B engloba os restantes usos complementares, que asseguram o uso sustentável da orla costeira.

Objectivos Específicos – definidos pela Equipa do Plano e cumulativos aos Objectivos Gerais definidos na primeira fase, são os seguintes:

- Identificar áreas e propostas prioritárias de intervenção para as situações de risco geológico;
- Definir critérios de prevenção das áreas de risco;
- Defender a preservação do património natural dos espaços insulares;
- Promover a valorização do litoral e a fruição da orla costeira pela população;
- Promover a diversidade das práticas turísticas;
- Qualificar as áreas de paisagem com interesse geológico;
- Promover o reforço de proximidade geográfica da Ilha das Flores com a Ilha do Corvo;
- Estruturar condições de fruição pública das áreas com interesse paisagístico;
- Requalificar as zonas balneares existentes;
- Promover o empreendedorismo e a oferta de serviços.

Critérios e Ponderação – estes dois elementos representam a estruturação da análise a efectuar. Baseiam-se na terminologia empregue usualmente em AIA (magnitude, carácter de reversibilidade e sentido dos impactes), matrizes de avaliação e nas metodologias de compatibilidade e coerência a construir.

Participação – Os elementos constituintes da participação e avaliação são: um grupo de Peritos a designar pela Comissão Executiva (CE) e Equipa do Plano, salvaguardando a independência da avaliação; os Fóruns de Ilha, que pretendem representar as populações e os movimentos associativos locais.

Produtos de AAE – Estes constituem a materialização do processo de AAE: o relatório que apresenta as conclusões ponderadas da avaliação/participação; a proposta de medidas de mitigação para os impactos detectados e, o plano de monitorização que será implementado no decorrer da execução do POOC permitindo mecanismos de *feed-back* e o estabelecimento de novas medidas mitigadoras, se o sentido ou magnitude dos impactes se alterar.

O desenvolvimento desta metodologia pressupõe a estruturação dos critérios de análise e modelo de ponderação da avaliação sob a forma de uma Matriz de Impactes (Tabelas em anexo). É efectuada uma avaliação dos programas e projectos definidos no Programa de Execução e Financiamento do Plano, em relação: ao cumprimento dos objectivos propostos; à evolução dos indicadores; ao seu impacte nos domínios ou categorias ambientais, de acordo com a Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2007.

Os domínios / categorias ambientais são os seguintes: Biodiversidade, Fauna, Flora, População, Saúde Humana, Solo, Água, Atmosfera, Factores Climáticos, Bens Materiais, Património Cultural e Paisagem.

Para proceder ao preenchimento das Matrizes de Impactes, foi formado um painel de avaliação interdisciplinar, constituído por peritos de diversas áreas específicas, nomeadamente: Geologia; Conservação da Natureza; Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental; Economia. Para além destes, pela operacionalização do fórum de ilha, foram identificados alguns elementos representativos da população local.

4.1 – AVALIAÇÃO DAS MATRIZES

Da análise realizada pelos peritos, no seu conjunto, verifica-se que os Programas propostos permitirão o cumprimento dos objectivos específicos do POOC, completa ou parcialmente. Desta avaliação apenas se destacam

os valores que traduzem o não cumprimento dos objectivos relativamente ao Programa 7 (Infra-estruturas e Equipamentos) relativamente ao objectivo “Defender a preservação do património natural” e “Classificar as zonas de paisagem com interesse geológico”, atribuídos pelos peritos de Geologia, Conservação da Natureza e Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental. Contudo o cumprimento desses objectivos será garantido por outros Programas (1, 2, 3, 4, 8, 9), não constituindo por isso um impacte significativo.

Em relação a cada um dos programas/projectos é analisado, pelos peritos, o modo como se espera que os indicadores evoluam, observando-se na sua maioria, que os indicadores considerados sofrerão uma evolução positiva.

No Programa 1 (Intervenções em áreas prioritárias) e Programa 2 (Prevenir / Mitigar riscos) essa tendência está claramente patente, à excepção dos indicadores referentes a “Áreas de degradação paisagística” e “Área em perigo geológico” que, apresentam um impacte negativo, quando analisados numa perspectiva conservacionista. Contudo, esta evolução traduz-se num melhoramento das condições de segurança das populações e estabilidade do edificado, devendo o balanço e a conseqüente decisão ser uma opção da Administração.

Para o Programa 3 (Ambiente e Qualidade de Vida) e Programa 4 (Valorização paisagística) os peritos apontam para uma evolução positiva dos indicadores, à excepção dos indicadores referentes a “Áreas de degradação paisagística” e “Área em perigo geológico” pelas mesmas razões.

De acordo com todos os peritos, a execução do Programa 5 (Intervenções em Zonas Balneares) permitirá a manutenção ou evolução positiva dos indicadores relevantes do plano, bem como a melhoria das condições no que respeita a “Áreas de degradação paisagística” e “Área em perigo geológico”, considerando-se por isso adequada ao plano.

Também na sua maioria os Projectos do Programa 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) permitem uma evolução positiva de todos os indicadores, à excepção do que se refere ao nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza, já que numa perspectiva conservacionista, as actividades económicas condicionarão este indicador.

Relativamente ao Programa 7 (Infra-estruturas e Equipamentos) salientam-se alguns dos indicadores com evolução negativa. Assim, para além do indicador “Áreas de degradação paisagística” cuja evolução negativa se traduz na melhoria dos espaços, verifica-se que este programa terá impactes sobre os seguintes indicadores: Nível de

restrição em espaços de protecção e conservação da natureza que poderá ter menor abrangência; Orla costeira artificializada porque aumentará a sua expressão e; Zonas Balneares Classificadas já que poderá afectar a qualidade da água e do ambiente de um modo geral.

O Programa 8 (Gestão, fiscalização, normas e regulamentos) e Programa 9 (Monitorização) apresentam uma evolução positiva de todos os indicadores, à excepção dos referidos anteriormente: “Áreas de degradação paisagística” e “Área em perigo geológico”.

Analisando o impacte que os programas têm ao nível dos domínios anteriormente referidos, é possível observar que no que concerne ao Programa 1 (Intervenções em áreas prioritárias), numa perspectiva conservacionista, alguns dos projectos causarão impacte negativo nos seguintes domínios: biodiversidade, fauna, flora e água. Contudo, os restantes peritos consideram que o impacte será positivo, porque numa primeira instância beneficiará a própria população aumentando a sua segurança.

Em relação ao Programa 3 (Ambiente e Qualidade de Vida) considera-se que este vai exercer um impacte negativo, particularmente no que se refere à preservação de habitats e espécies, sob uma perspectiva conservacionista.

Analisando o impacte dos Programas 4 (Valorização paisagística), 5 (Intervenções em Zonas Balneares), 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) e 7 (Infra-estruturas e Equipamentos), verifica-se sob uma perspectiva conservacionista, que a maioria dos projectos que se destinam à exploração turística tem um impacte negativo em quase todos os domínios biofísicos considerados: biodiversidade, fauna, flora, solo, água e paisagem. Contudo há a necessidade de salientar que sob o ponto de vista economicista e de desenvolvimento local, se verifica uma classificação positiva dos mesmos projectos.

No programa 8 (Gestão, fiscalização, normas e regulamentos), sob o ponto de vista conservacionista, verifica-se que a existência de uma base de dados do DPH actualizada e a implementação de um modelo de gestão participada dos recursos e componente biológica tenderá para uma evolução negativa relativamente ao domínio bens materiais, porque irá condicionar a sua expansão e assegurar o uso adequado com base nos requisitos legais e nas características biofísicas locais.

De um modo geral, todos os peritos prevêem um impacte positivo causado pela implementação dos projectos do Programa 9 (Monitorização), sem excepção.

4.2 – DISCUSSÃO

Com base na análise realizada anteriormente, é possível constatar que o modelo de ordenamento da área de intervenção assenta num conjunto de opções estratégicas com consequências ao nível da gestão dos recursos naturais, definição de usos e no desenvolvimento de medidas que assegurem os padrões correntes de qualidade ambiental.

Os impactes da estratégia ambiental prosseguida pelo POOC podem ser qualificados e quantificados a diferentes níveis em função da sua própria natureza. Do modelo proposto ressaltam fundamentalmente as seguintes medidas: A protecção e valorização de áreas com especial interesse ambiental e dos recursos naturais, promovendo a sua utilização sustentável com base num modelo diversificado destinado ao usufruo da população residente e sazonal, na área de intervenção; A minimização e prevenção de situações de risco; Desenvolvimento de actividades económicas ambientalmente sustentáveis e; A divulgação, a sensibilização, a educação ambiental e a participação dos diferentes agentes de desenvolvimento local.

A concretização destas medidas é visível em muitas das apostas estratégicas contempladas no Plano, onde é possível destacar: Propostas de intervenção que visam de qualificação do território, especialmente através de medidas que visam o reforço da qualidade ambiental (por exemplo, o saneamento básico e tratamento dos RSU); Delimitação das áreas fundamentais para a sustentabilidade da orla costeira, identificando os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, apostando na afectação de novas áreas com especial interesse ambiental a regimes de gestão específicos (Zona A); Redução de situações de risco criando condicionantes à construção, identificação de áreas críticas, propostas de requalificação e de valorização, acções de monitorização, eliminação de situações de risco potencial, através da proposta de redefinição das áreas urbanas programadas pelos PMOT em DH ou em zonas ameaçadas por riscos naturais; Requalificação e ordenamento de usos e de equipamentos potenciadores da utilização dos recursos presentes, através da definição de regras de utilização (construção, acessos, infra-estruturas, etc.) e de propostas de requalificação e intervenção em equipamentos com funções específicas da orla costeira (zonas balneares, circuitos pedestres, entre outras) e; Desenvolvimento de um plano de monitorização, que permita acompanhar e prever os impactes e a eficácia das acções mitigadoras do impacto.

A análise e avaliação das opções estratégicas sistematizada em torno dos principais eixos estruturantes objectivos do Plano, nomeadamente condições estruturais físicas intrínsecas, ecologia e ambiente; urbanização e edificação; vocações e dimensão cultural específica, infra-estruturas e estruturas diferenciadas, permitem avaliar as implicações



das medidas de ordenamento propostas, em especial nas que mais directamente incidem sobre a protecção e valorização e exploração de recursos e nas políticas urbanas.

A conclusão permite a opção clara pelo apoio à estratégia subjacente ao Modelo de Intervenção do POOC. Pese embora, alguns detalhes que necessitarão de medidas mitigadoras desenvolvidas no âmbito dos Planos de Acção Específicos. No entanto, cumprido o primeiro passo significativo (identificação dos impactes negativos) as medidas serão sumariamente identificadas.

Ainda nesta fase será apresentado o Plano de Monitorização do POOC, após introdução das últimas alterações. Este deve servir sobretudo para alertar para um tipo de impactes ainda não identificados: os que decorrem da deficiente ou inexistente implementação dos Planos.



ANEXO

Matrizes de Impacte – Avaliação Ambiental Estratégica

ANEXO

Matrizes Impacte
Avaliação Estratégica Ambiental

Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Flores

LITOSOST

Tabela 1. Lista de programas e projectos proposta pelo POOC.

Programas	Projecto	Descrição
P1. Intervenções em áreas prioritárias	1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.6 1.7 1.8 1.9 1.10 1.11 1.12 1.13 1.14	Frente urbana da Fajã Grande Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor para a frente marítima da Fajã Grande Frente urbana Igreja / Porto das Lajes das Flores Frente urbana Nascente - Lajes da Flores Frente urbana Sul - Lajes das Flores Frente Sudeste da Vila - Santa Cruz das Flores Frente urbana do Porto das Poças / Ribeira do Pomar Frente urbana Piscinas / Porto do Boqueirão Frente urbana Norte - Santa Cruz das Flores Frente urbana do Monte Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor da Ribeira dos Barqueiros Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor do Monte Área a consolidar – Praia da Calheta Área a consolidar – Orla costeira – Sul do Aeroporto
P2. Prevenir / Mitigar riscos	2.1 2.2 2.3 2.4 2.5 2.6 2.7 2.8 2.9	Estudos de base relativos à erosão costeira e risco geológico Elaboração de cartas de risco Manutenção conjunta das infra-estruturas portuárias e de obras de defesa costeira Estabelecimento do perfil das massas de águas costeiras Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil Estudos de cariz geotécnico - Ponta da Fajã Estudos de cariz geotécnico – Fajã Lopo Vaz Estudos de cariz geotécnico – Baía de Alagoa Estudo detalhado dos riscos geológicos da Ponta da Fajã
P3. Ambiente e Qualidade de Vida	3.1 3.2 3.3 3.4	Melhorar a gestão de RSU Limpeza das zonas costeiras Preservação de habitats e espécies Educação e sensibilização ambiental
P4. Valorização paisagística	4.1 4.2 4.3 4.4 4.5 4.6	Exploração do potencial paisagístico da Fajã de Lopo Vaz para aproveitamento turístico Exploração do potencial paisagístico da Fajã do Porto da Lomba para aproveitamento turístico Exploração do potencial paisagístico do vale da Alagoa para aproveitamento turístico Projecto de aterro sanitário, encerramento da lixeira e recuperação paisagística da envolvente Planos de recuperação das indústrias extractivas Pedreira - Lajes das Flores
P5. Intervenções em Zonas Balneares	5.1 5.2 5.3 5.4 5.5 5.6 5.7 5.8 5.9	Plano da Zona Balnear da Piscina de Santa Cruz (ZB1) Plano da Zona Balnear do Porto do Boqueirão (ZB2) Plano da Zona Balnear do Porto de São Pedro (ZB3) Plano da Zona Balnear da Baía da Alagoa (ZB4) Plano da Zona Balnear do Porto de Ponta Delgada (ZB5) Plano da Zona Balnear da Fajã Grande (ZB6) Plano da Zona Balnear da Praia da Calheta (ZB7) Plano da Zona Balnear da Salema (ZB8) Plano da Zona Balnear da Poça das Mulheres (ZB9)
P6. Desenvolvimento e Actividades Económicas	6.1 6.2 6.3 6.4 6.5 6.6 6.7	Introdução de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis Reconversão de parte da frota inactiva para a actividade marítimo-turística Promoção do turismo de natureza e rural Promoção de actividades artesanais Promoção de produtos turísticos Incentivar a animação turística Promoção como destino ou escala para a náutica de recreio

(cont.)

Tabela 1. Lista de programas e projectos proposta pelo POOC (cont.)

Programas	Projecto	Descrição
P7. Infra-estruturas e Equipamentos	<p>7.1</p> <p>7.2</p> <p>7.3</p> <p>7.4</p> <p>7.5</p> <p>7.6</p> <p>7.7</p> <p>7.8</p> <p>7.9</p> <p>7.10</p> <p>7.11</p> <p>7.12</p> <p>7.13</p>	<p>Ampliação e recuperação da rede viária municipal e regional</p> <p>Beneficiação e reforço das infra-estruturas de apoio à pesca</p> <p>Recuperação e requalificação de equipamentos destinados à prática da actividade piscatória</p> <p>Área Multiusos da Fajã Grande</p> <p>Parque de campismo da Fajã Grande</p> <p>Percurso pedonal e ciclável na frente litoral da Fajã Grande</p> <p>Variante à marginal - Fajã Grande</p> <p>Porto das Lajes</p> <p>Porto das Poças</p> <p>Parque urbano da Ribeira do Pomar</p> <p>Parque urbano da Ribeira - Lajes das Flores</p> <p>Zona industrial - Santa Cruz das Flores</p> <p>Área Multiusos das Lajes</p>
P8. Gestão, fiscalização, normas e regulamentos	<p>8.1</p> <p>8.2</p> <p>8.3</p> <p>8.4</p>	<p>Adequar a legislação existente à realidade da RAA, no que respeita a riscos geológicos</p> <p>Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH</p> <p>Implementação de um modelo de gestão ambiental participada dos recursos e valorização da componente biológica</p> <p>Fiscalização</p>
P9. Monitorização	<p>9.1</p> <p>9.2</p> <p>9.3</p> <p>9.4</p> <p>9.5</p> <p>9.6</p> <p>9.7</p> <p>9.8</p> <p>9.9</p> <p>9.10</p> <p>9.11</p> <p>9.12</p> <p>9.13</p> <p>9.14</p>	<p>Monitorizar os impactes das alterações normativas e legislativas</p> <p>Monitorização do recuo da orla costeira</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas de Sta Cruz das Flores</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas da Ponta da Fajã</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas da Baía da Alagoa</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã do Conde</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã do Lopo Vaz</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã de Pedro Vieira</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas da Fajã Grande</p> <p>Monitorização da estabilidade das arribas do porto das Lajes das Flores</p> <p>Monitorização da sismicidade registada na ilha das Flores</p> <p>Monitorização de elementos meteorológicos relevantes para a gestão de recursos hídricos</p> <p>Monitorização dos recursos hídricos e hidrológicos</p> <p>Monitorização ambiental das áreas protegidas</p>

Tabela 2. Matriz de impactes Programas versus Objectivos específicos - Flores.

Objectivos específicos* do POOC	Programas								
	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9
Identificar áreas e propostas prioritárias de intervenção para as situações de risco geológico									
Definir critérios de prevenção das áreas de risco									
Defender a preservação do património natural dos espaços insulares									
Promover a valorização do litoral e a fruição da orla costeira pela população									
Promover a diversidade das práticas turísticas									
Qualificar as áreas de paisagem com interesse geológico									
Promover o reforço de proximidade geográfica da ilha das Flores com a ilha do Corvo									
Estruturar condições de fruição pública das áreas com interesse paisagístico;									
Requalificar as zonas balneares existentes									
Promover o empreendedorismo e a oferta de serviços									

*Objectivos específicos descritos na Fase II.

Legenda

1. Completamente cumprido
2. Parcialmente cumprido
3. Não tem significado para o cumprimento do objectivo
4. Parcialmente anulado
5. Totalmente anulado

Tabela 3. Matriz de impactes Projectos versus Indicadores - Flores.

Programas POOC \ Indicadores Fase II	Programa 1														Programa 2									Programa 3			
	Intervenções em áreas prioritarias														Prevenir / Mitigar riscos									Ambiente e Qualidade de Vida			
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11	1.12	1.13	1.14	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	3.1	3.2	3.3	3.4
População residente empregada por sector de actividade económica																											
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																											
Áreas de degradação paisagística																											
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																											
Área em perigo geológico																											
Orla costeira artificializada																											
Zonas balneares classificadas																											
Espaços para uso recreativo																											

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X fará com que o Indicador Y tenha uma Evolução :

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 3. Matriz de impactes Projectos versus Indicadores - Flores (cont.)

Programas POOC \ Indicadores Fase II	Programa 4						Programa 5									Programa 6						
	Valorização paisagística						Intervenções em Zonas Balneares									Desenvolvimento e Actividades Económicas						
	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	5.7	5.8	5.9	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	6.7
População residente empregada por sector de actividade económica																						
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																						
Áreas de degradação paisagística																						
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																						
Área em perigo geológico																						
Orla costeira artificializada																						
Zonas balneares classificadas																						
Espaços para uso recreativo																						

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X fará com que o Indicador Y tenha uma Evolução :

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 4. Matriz de impactes Projectos versus Domínios (Directiva 2001742/CE) - Flores.

Programas POOC \ Domínios	Programa 1														Programa 2									Programa 3				
	Intervenções em áreas prioritarias														Prevenir / Mitigar riscos									Ambiente e Qualidade de Vida				
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	1.11	1.12	1.13	1.14	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	3.1	3.2	3.3	3.4	
Biodiversidade																												
Fauna																												
Flora																												
População																												
Saúde Humana																												
Solo																												
Água																												
Atmosfera																												
Factores Climáticos																												
Bens Materiais																												
Património Cultural																												
Paisagem																												

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X tem um impacto ao nível do Domínio Y :

1. Positiva irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa irreversível

Tabela 4. Matriz de impactes Projectos versus Domínios (Directiva 2001742/CE) - Flores (cont.)

Programas POOC \ Domínios	Programa 4						Programa 5									Programa 6						
	Valorização paisagística						Intervenções em Zonas Balneares									Desenvolvimento e Actividades Económicas						
	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6	5.7	5.8	5.9	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	6.7
Biodiversidade																						
Fauna																						
Flora																						
População																						
Saúde Humana																						
Solo																						
Água																						
Atmosfera																						
Factores Climáticos																						
Bens Materiais																						
Património Cultural																						
Paisagem																						

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X tem um impacto ao nível do Domínio Y :

1. Positiva irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa irreversível



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ANEXO II



FASE IV – VERSÃO FINAL DO PLANO

VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA
FLORES

Março 2008



Governo dos Açores

 **SECRETARIA REGIONAL
DO AMBIENTE E DO MAR**
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia

Iniciativa Comunitária INTERREG III B 2000-2006

Açores-Madeira-Canárias





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Andrea Zita Botelho

COORDENAÇÃO EXTERNA

Fátima Alves

COORDENAÇÃO INTERNA

Susana Lacerda

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carlos Silva

SIG

Pedro Monteiro
António Medeiros

JURISTAS

José Cunhal Sendim
António Lorena de Séves

ARQUITECTURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Pedro Mora Porteiro
Cláudia Ávila Gomes
Arnaldo Raposo

DINÂMICA E DEFESA COSTEIRA

Fernando Veloso Gomes
Francisco Taveira Pinto

BIOLOGIA / ENGENHARIA DO AMBIENTE

Ana Cristina Costa
Maria Ana Dionísio
Nelson Santos
Pedro Raposeiro
Pedro Rodrigues
Sandra Monteiro
Vera Malhão

GEOCIÊNCIAS

José Pacheco
Rui Coutinho
Nicolau Wallenstein
Adriano Pimentel
Rita Marques
Rui Marques

PLANEAMENTO / GEOGRAFIA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Fátima Alves
Andrea Zita Botelho
Susana Lacerda
Adriano Quintela

ECONOMIA

Mário Fortuna
Francisco Silva
Ricardo Cabral

COLABORADORES

Elvira Lameiras Pereira
Bruno Couto Rangel



ÍNDICE

ÍNDICE DE VOLUMES

VOLUME 1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
VOLUME 2. SÍNTESE E MODELO DE INTERVENÇÃO
VOLUME 3. PLANOS DE ZONAS BALNEARES
VOLUME 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO
VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL
VOLUME 6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO
VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

ÍNDICE

VOLUME 7 – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – FASEAMENTO DO PLANO	3
3 – CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	5
3.1 – Metodologia	5
3.2 – Faseamento	10
3.2.1 – Identificação e contactos com os actores locais	11
3.2.2 – Fórum do Litoral I	13
3.2.3 – Fórum do Litoral II	16
3.3 – Conclusão	21
4 – DISCUSSÃO PÚBLICA: Participações	22
5 – PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES / RECLAMAÇÕES	23
6 – SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS AO PLANO	25



ANEXO

Lista de participantes no processo de Discussão Pública





RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório cumpre os requisitos estipulados no contrato de elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha das Flores e na proposta metodológica elaborada pela Equipa do Plano. O seu principal objectivo reside na descrição do processo de Participação Pública, com ênfase para a fase de Discussão Pública.

Os elementos constituintes do POOC Flores estiveram em Discussão Pública no período de 3 de Dezembro de 2007 a 15 de Janeiro de 2008, podendo ser consultados nos seguintes locais:

- Câmara Municipal de Lajes das Flores;
- Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- Serviços de Ambiente das Flores e do Corvo;
- Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

Para além destes locais, a Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) disponibilizou na Internet (<http://www.pooc.org>; <http://www.azores.gov.pt/portal/pt/temas/cidadao/ambiente>) os seguintes elementos do Plano:

- Regulamento;
- Planta de Síntese;
- Planta de Condicionantes;
- Modelo de Intervenção;
- Plano de Zona Balnear;
- Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- Relatório Ambiental;
- Resumo Não Técnico;
- Fichas de Participação.



O presente relatório encontra-se estruturado em seis capítulos. No capítulo 1 é realizada a introdução ao tema e define-se o conteúdo dos capítulos que dão corpo ao presente relatório. No capítulo 2, são apresentadas as diversas fases do POOC. No capítulo 3 descreve-se a metodologia utilizada e abordam-se os documentos utilizados para a Participação Pública. Identificam-se os participantes no processo. No capítulo 4 dá-se ênfase à Discussão Pública, onde é realizada uma sistematização e análise das participações apresentadas abordando-se a ponderação. No capítulo 5 ponderam-se as sugestões/reclamações, descrevendo-se a sua relevância no sentido de serem incorporadas no POOC. No capítulo 6 efectua-se uma síntese de todas as alterações efectuadas no Plano.

2. FASEAMENTO DO PLANO

A elaboração do POOC desenvolveu-se ao longo de quatro fases distintas, mas complementares entre si, designadamente:

- 1ª Fase – Caracterização e Diagnóstico;
- 2ª Fase – Estudo Prévio de Ordenamento;
- 3ª Fase – Proposta de Plano;
- 4ª Fase – Versão Final do Plano.

Na primeira fase dos trabalhos, os estudos de caracterização tiveram por finalidade promover o conhecimento aprofundado da área de intervenção, em diversos domínios de análise, nomeadamente:

- enquadramento territorial;
- caracterização jurídica;
- caracterização biofísica (clima, geologia, recursos hídricos e hidrologia, dinâmica costeira, erosão costeira e risco geológico, ecologia, qualidade do ambiente, exploração de recursos, e paisagem);
- caracterização socio-económica e territorial (demografia, actividades económicas, núcleos urbanos, património construído e arqueológico, infra-estruturas portuárias e obras de defesa costeira, zonas balneares e usos do solo);
- análise e avaliação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT);
- análise das políticas sectoriais.

A realização do diagnóstico inserido ainda Fase I dos trabalhos de elaboração do Plano, permitiram consubstanciar a integração dos diferentes domínios de caracterização sectorial, tendo-se elaborado uma síntese das principais ameaças e oportunidades por domínios estratégicos. Esta abordagem constituiu a base de partida para a definição das orientações estratégicas de desenvolvimento do Plano.



Na Fase II, intitulada Estudo Prévio de Ordenamento, apresentou-se os princípios específicos de orientação do Plano. Foram estabelecidos cenários, apoiados nos objectivos pré-estabelecidos, nas estratégias de desenvolvimento diferenciadas e nas interações com os actores do território. Da avaliação comparada dos cenários foi adoptado o Cenário Pró-Activo, que traduz as consequências previstas da intervenção de uma Administração actuante, protagonista do processo de transformação do território.

Na Fase III, designada de Proposta de Plano, foram apresentadas a Proposta de Ordenamento composta pelos Elementos Fundamentais e Elementos Complementares do Plano, cuja revisão, em função dos comentários da Comissão Executiva (CE) e da Comissão Mista de Coordenação (CMC), permitiu passar à Fase IV e última do POOC Flores.



3. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.1 – METODOLOGIA

A importância que é dada ao papel da Participação Pública neste plano é evidenciada pelo facto de, para além dos processos de Participação Pública previstos nos termos da lei, ter sido considerada na metodologia geral de elaboração do Plano, a constituição de Fóruns do Litoral na ilha. A configuração destes Fóruns previu que o seu funcionamento ocorresse de acordo com a metodologia de uma Agenda XXI Local, permitindo um processo participativo e integrador dos vários interesses da comunidade.

No caso presente do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores, e como consequência da mais valia dada à Participação Pública neste Plano, esteve presente em 3 das 4 Fases da elaboração do Plano, com tarefas e metodologias distintas, de acordo com os objectivos que se pretendiam atingir e seguindo o esquema proposto para a elaboração do Plano (Figura 1).

Foram também desenvolvidas acções complementares para combater uma eventual adesão diminuta dos actores locais ao processo de Participação Pública. Neste sentido foi criado, em permanência, no sítio da Internet dedicado aos Planos de Ordenamento (www.pooc.org), uma Plataforma *Web*, exclusivamente dedicada à Participação Pública estruturada em duas partes distintas.

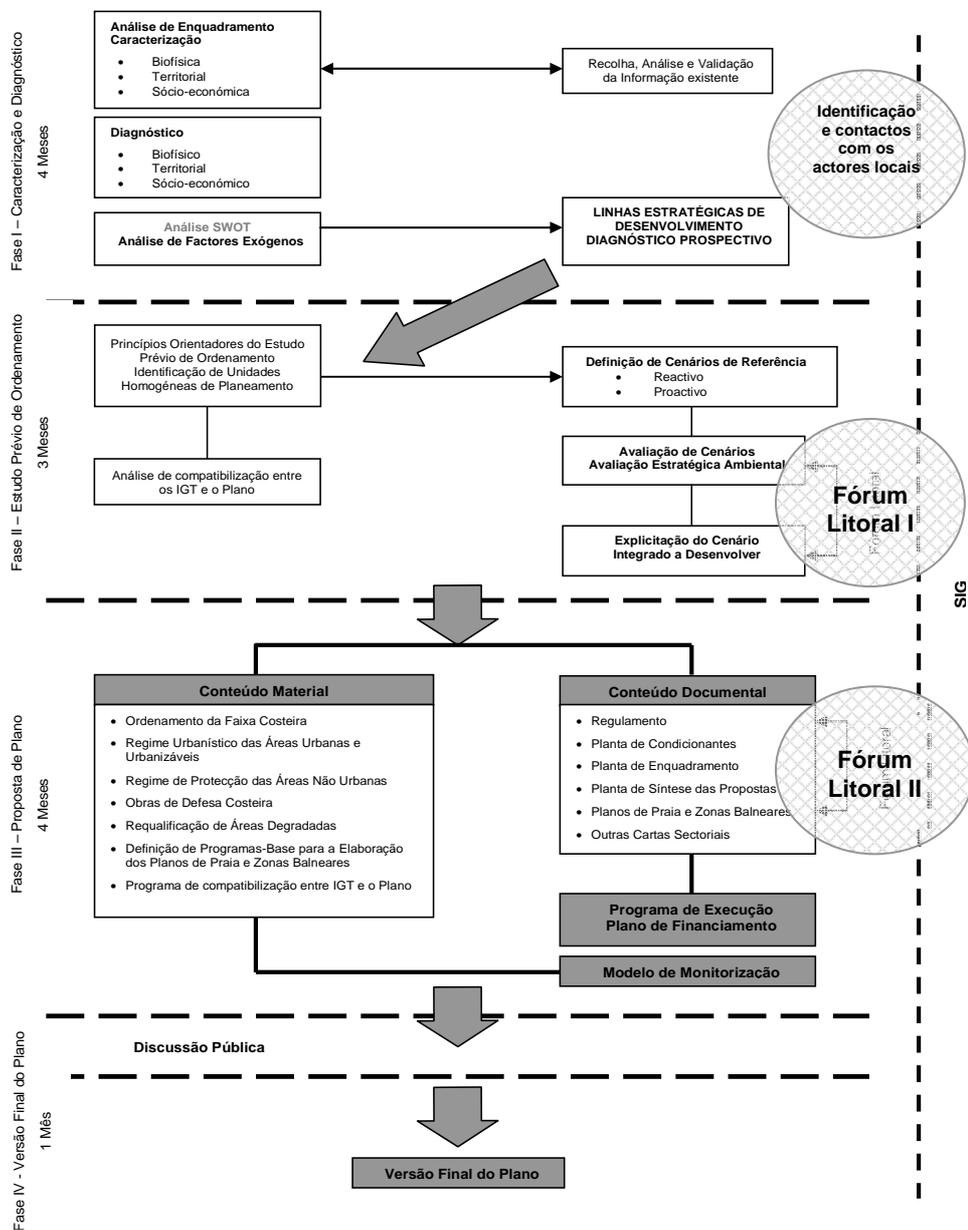


Figura 1. Metodologia de Elaboração do Plano.

Além da informação disponibilizada em relação ao Plano, existia a possibilidade de se enviarem comentários através de uma ficha de participação que, em moldes convencionais, convidava os participantes a enviar comentários ou colocar questões sobre o Plano. Em paralelo foi criado um Fórum permanente de discussão onde todos os interessados se puderam registar e, de forma interactiva, enviar comentários ou mesmo discutir opiniões enviadas

por outros membros. Pretendeu-se assim criar um dinamismo e transparência onde o acesso à informação era claro, bem como as reacções em relação ao andamento dos trabalhos (Figura 2).

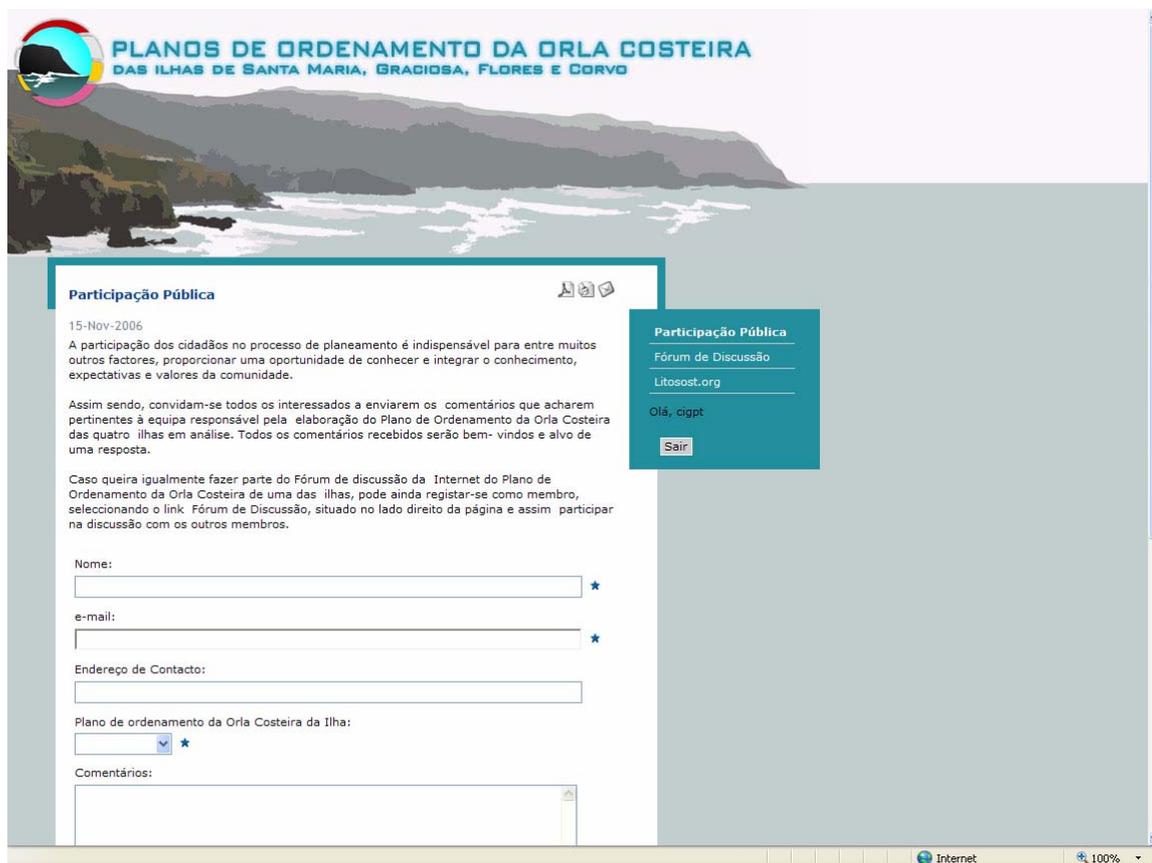


Figura 2. Plataforma *Web* criada para a Participação Pública.

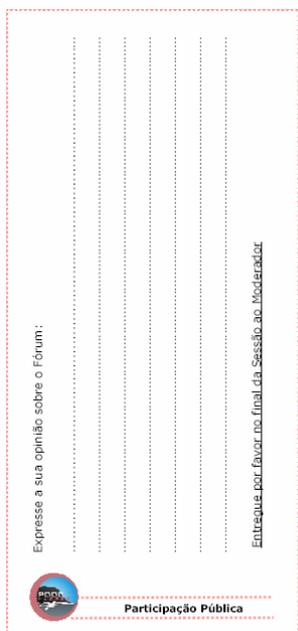
De forma a ser conduzido de maneira mais independente, todo o processo foi coordenado por um elemento que só teve como função a dinamização e coordenação do processo de Participação Pública, não tendo qualquer tipo de intervenção nas outras etapas de elaboração do Plano. Todas as reuniões públicas foram conduzidas por este elemento que também contou com a presença de coordenadores da equipa responsável pela elaboração do Plano, para darem conta do andamento dos trabalhos, prestar todos os esclarecimentos e responder a dúvidas e questões que os elementos do Fórum acharam pertinentes.



A Plataforma Web, convidava os seus utilizadores a registarem-se de forma a poderem receber informação sobre o andamento dos trabalhos, nomeadamente os anúncios de realização das sessões de Participação Pública. Decorrendo simultaneamente com a realização dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas de Santa Maria, Flores, Flores e Corvo, e embora fosse pedido explicitamente que o fizessem, a maior parte dos utilizadores registados não fez uma opção por nenhuma das 4 ilhas, optando por receber informação sobre todas.

No final da elaboração dos planos, antes da fase de Discussão Pública estavam registados 74 utilizadores no Fórum de Discussão dos Planos de Ordenamento das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Corvo e Flores. Em relação ao Plano da Ilha das Flores não foram colocadas questões específicas por parte de nenhum dos utilizadores.

Como factor de divulgação foram feitos mais de 200 folhetos (Figura 3), distribuídos pelas Câmaras Municipais das Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores e pelos Serviços Regionais de Ambiente, que pretendiam não só chamar a atenção para a elaboração do Plano, mas também servir de veículo de informação sobre os objectivos de um Plano desta natureza.



A sua participação é fundamental

A população tem o direito e o dever de se posicionar perante as possíveis mudanças na orla costeira da Ilha das Flores

Visite o site: <http://www.pooc.org>
Registe-se, participe e envie comentários

Para mais informação:
Carlos Pereira da Silva
cpalva@fcsh.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Av. Berna 26C
1069-061 Lisboa
Tel. 217908300

Fátima Alves
malves@ua.pt
Universidade de Aveiro
Departamento de Ambiente e Ordenamento
Campus de Santiago
3810-193 Aveiro
Tel. 234370831

Iniciativa Comunitária
INTERREG III B 2000-2006
Açores-Madeira-Canárias

Plano de Ordenamento da Orla Costeira

Orla Costeira FLORES

Proteger e Desenvolver

Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia



Figura 3. Folhetos distribuídos para a Participação Pública.

Finalmente, foram produzidos posters em formato A3 (Figura 4), que serviram para publicitar as reuniões do Fórum, que foram afixados em locais públicos nos dias anteriores à realização das sessões, de forma a possibilitar, em conjunto com contactos telefónicos e correio electrónico, a mobilização do maior número de pessoas possível.



Figura 4. Poster de publicitação da 2ª Sessão do Fórum Litoral.

3.2 – FASEAMENTO

Como referido anteriormente, a Participação Pública esteve presente em 3 das 4 fases de elaboração do Plano com objectivos diferentes em cada uma delas.

- Fase I – *Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual*
Identificação e contacto com as entidades e indivíduos passíveis de integrar o Fórum de cada uma das ilhas.
- Fase II – *Estudo Prévio de Ordenamento*
1ª Reunião do Fórum em cada uma das ilhas.

- Fase III – Proposta de Plano
2ª Reunião do Fórum em cada uma das ilhas e Discussão Pública.

3.2.1 – Identificação e contactos com os actores locais

Esta etapa decorreu na **Fase I do Plano** (Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual) tendo-se efectuado a identificação preliminar dos interesses (grupos ou indivíduos que podiam afectar a gestão e as decisões a tomar). Durante todo o trabalho de campo, que decorreu no mês de Julho, de 2006, foram contactados os agentes e entidades passíveis de integrar o Fórum do Litoral Flores. Foram ainda conduzidas entrevistas, que permitiram conhecer as diferentes sensibilidades envolvidas bem como as posições em relação às questões ligadas ao Ordenamento da Orla Costeira.

Nesta fase, em relação à Ilha das Flores, foram identificados cerca de 60 agentes e entidades que foram contactados na sua maioria, para auscultar a sua opinião sobre os problemas e expectativas da Orla Costeira. Posteriormente, estes contactos, foram também utilizados na altura dos fóruns para mobilização dos cidadãos.

Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha das Flores.

Agentes Identificados na Ilha das Flores
Flores Subaquáticas-Actividades Náuticas e Desportivas, Lda
Capitania do Porto de Santa Cruz das Flores
Estado Maior da Armada
Associação dos Municípios da Ilha das Flores
Associação de Jovens da Ilha das Flores
Associação dos Amigos da Ilha das Flores
Casa do Povo de Ponta Delgada-Flores
Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores
Casa do Povo de Lajes das Flores
Casa do Povo da Fajã Grande das Flores
Associação dos Pescadores Florentinos
CNE-Corpo Nacional de Escutas
Associação Cultural Lagence

Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha das Flores (cont.).

Agentes Identificados na Ilha das Flores
ANA - Aeroportos de Portugal SA Aeroporto Flores
Sata Air Açores-Serviço Açoreano de Transportes Aéreos EP
Bombeiros Voluntários Santa Cruz das Flores
Associação dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores
Câmara Municipal das Lajes das Flores
Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores
Clube Naval de Lajes das Flores
J Pinhão-Construções e Obras Públicas Unipessoal, Lda
Sociedade de Construções Lucino Lima, Lda
Tecnovia-Açores, Sociedade de Empreitadas, SA
Castanheira & Soares, Lda
Somague-Ediçor Engenharia, SA
Escola Básica e Secundária das Flores
Associação p/ o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge
Hotel Ocidental
Servi-Flor
Sociedade Residencial da Ilha das Flores, Lda
Aldeia da Cuada-Turismo de Aldeia
Assembleia Regional dos Açores
Junta de Freguesia de Ponta Delgada
Junta de Freguesia dos Cedros
Junta de Freguesia de Santa Cruz
Junta de Freguesia de Caveira
Junta de Freguesia de Lajes das Flores
Junta de Freguesia de Fajãzinha
Junta de Freguesia da Lomba
Junta de Freguesia da Fazenda
Junta de Freguesia do Lajedo
Junta de Freguesia da Fajã Grande
Junta de Freguesia do Mosteiro
Grupo Amigos Jornal As Flores, Lda
Jornal O Monchique
Lotaçor-Serviço de Lotas dos Açores, SA
Instituto de Meteorologia IP
Partido Popular CDS-PP
Dionísio Oliveira Martins & Filho-Comércio e Indústria de Peixe, Lda
Petrogal-Petróleos de Portugal, SA
Apto-Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, SA
Rádio Atlântida Flores
Auto Turística Flores, Lda
Rent-a-Car Ocidental

Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha das Flores (cont.).

Agentes Identificados na Ilha das Flores
Iur-Rent-A-Car, Lda
Braga & Braga, Lda
Pensão Vila Flores II
Residencial Vila Flores
Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores
Mareocidental-Transportes Marítimos, Lda
Atlânticoline, SA
Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos
Aldeamento Turístico
Pierluigi Bragaglia
Carlos Silva
José Júnior
Toste Mendes, Lda

3.2.2 – Fórum do Litoral I

O I Fórum do Litoral da Flores efectuou-se na **Fase II do Plano** (Estudo Prévio de Ordenamento) realizou-se no dia 25 de Fevereiro de 2007, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lajes das Flores. Esta primeira sessão centrou-se nos representantes de alguns grupos de interesse (actores locais), informando-os da elaboração do plano, esperando posteriormente que fossem eles próprios veículos de divulgação. Foram convidadas sessenta entidades/actores locais identificados, tendo comparecido seis. A sessão teve início às 17.30h e foi finalizada pelas 19.15h.

Para além de informar os agentes sobre o plano, nesta sessão foram aplicadas metodologias que permitissem criar um grau de interactividade com os participantes de forma a recolher o maior número possível de perspectivas da realidade local por quem a vive mais de perto. Assim, começou-se por explicar de forma breve o que é o Plano, os seus objectivos gerais, a organização e toda a informação existente até então, bem como, apresentar o Fórum, os seus objectivos e a sua forma de funcionamento.

A participação propriamente dita, decorreu de forma livre e informal permitindo identificar aspirações, problemas, potencialidades, obstáculos, não só de forma genérica mas sempre que possível espacializando as questões através da utilização de mapas.

Por último, tentou-se chegar a consensos, hierarquizando as questões abordadas, delineando as principais conclusões da sessão de forma a transmiti-las à equipa.

De acordo com o explicitado na metodologia, a estrutura das sessões estava dividida em 6 pontos:

1. Importância da Participação Pública;
2. A Participação Pública no respectivo Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
3. O enquadramento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
4. Apresentação do Diagnóstico Sectorial da 1ª Fase;
5. Visão de Futuro;
6. Validação de Ideias-chave.

No que diz respeito à efectiva participação foram os pontos 5 (Visão de Futuro) e 6 (Validação de Ideias-chave) que exigiram uma acção mais efectiva dos participantes. Para o ponto 5 foi pedido aos participantes que indicassem a sua visão da ilha, sendo para isso questionados sobre as mudanças registadas na ilha, nos últimos 20 anos, o que achavam que iria mudar nos próximos dez anos e o que gostariam que mudasse (Tabela 2).

Tabela 2. Visão da Ilha das Flores.

Mudanças últimos 20 anos	Mudanças Futuras	Mudanças desejadas
Perda de Protagonismo Transportes	Mais Acessibilidades Perda de população Nada de relevante	Tratamento dos resíduos Mais turismo Melhores ligações

A ilha das Flores vive claramente uma situação diferente das restantes. Existe uma percepção generalizada de mudanças registadas nos últimos 20 anos devido à saída da base de radares do exército francês, que é responsável pela perda de protagonismo apontada, bem como o desaparecimento de alguns serviços mais especializados, ligados aos cuidados de saúde. Esta situação é também responsável por um certo desalento quando questionados sobre as mudanças futuras, onde não são esperadas mudanças relevantes, continuando a quebra demográfica, apenas se esperando que as ligações inter-ilhas melhorem.

No que parece ser mais premente, as mudanças desejadas, fruto da qualidade paisagística e ambiental da ilha e da sua reputação, o turismo é o sector em que todos depositam esperanças para o desenvolvimento da ilha, que, porém, colide com um dos problemas que necessita de urgente tratamento, o caso dos resíduos sólidos, que até pela sua localização é factor de desqualificação da Orla Costeira desta ilha.

Assim parece lógico esperar que as mudanças desejadas para o futuro sejam a melhoria dos transportes, que permita atrair o turismo, favorecendo os movimentos centrípetos e assim cortar os movimentos centrífugos da população mais jovem para fora da ilha desvitalizando-a.

Enquadrada ainda nesta visão de futuro foi solicitado aos presentes que num mapa fossem indicados os locais mais e menos atractivos da ilha, bem como o local preferido para residir, de forma a espacializar as áreas mais valorizadas e problemáticas (Figura 5).

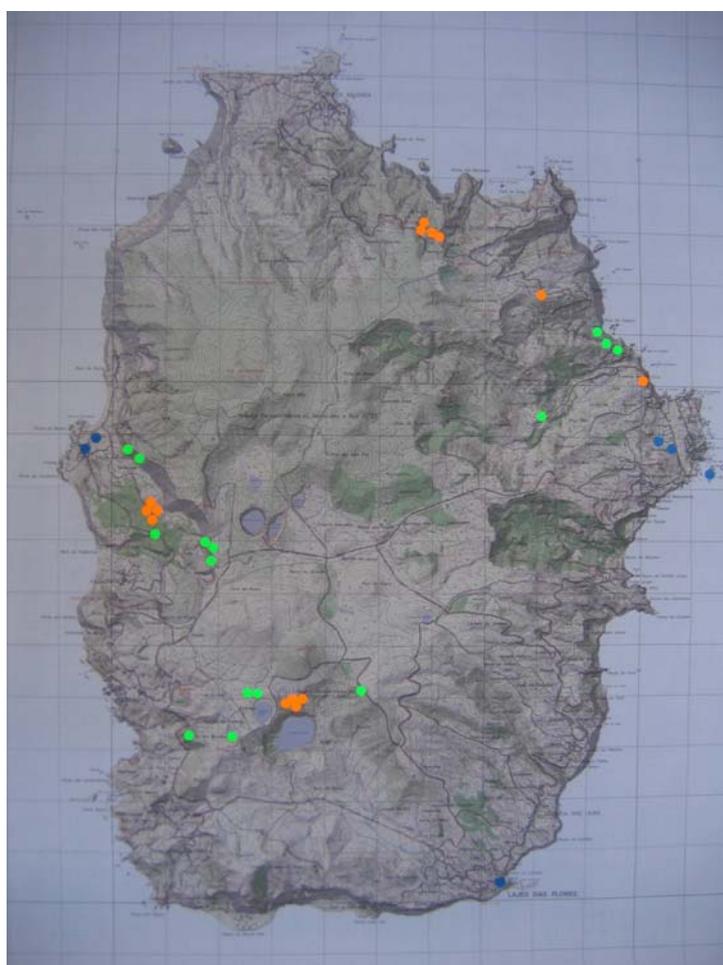


Figura 5. Locais mais atractivos (Verde), mais problemáticos (laranja) e preferidos para residir (azuis) na Ilha das Flores.

As áreas mais problemáticas são aquelas a que normalmente estavam associadas áreas de deposição de resíduos, enquanto as mais atractivas são as de grande qualidade paisagística, com procura para as actividades de recreio e lazer, caso das lagoas.

Os locais preferidos para residir distribuíam-se entre Santa Cruz das Flores e a Fajã Grande, estando os seus motivos relacionados com a centralidade e maior oferta de serviços no primeiro caso e as qualidades paisagísticas para o recreio e lazer no segundo.

Por fim, os participantes foram convidados a indicar o que consideravam ser os pontos mais positivos e os mais negativos na sua ilha (Tabela 3).

Tabela 3. Pontos Positivos e Negativos Apontados.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Ambiente	Perda de População
Potencialidades Turísticas	Lixos
Paisagem	Transportes
Segurança	Serviços de saúde

Mais uma vez ficam evidentes as preocupações com o turismo e a paisagem como potenciais factores de desenvolvimento da ilha, sempre com o constrangimento presente das acessibilidades, dos resíduos a perda de população, como factores limitantes ao desenvolvimento. Fica mais uma vez acentuada a constatação de uma perda de qualidade vida por parte dos residentes fruto da saída da força militar francesa que para além dos serviços que prestava, igualmente dinamizava a economia da ilha em geral e de Santa Cruz em particular.

No final da sessão, para concluir, foram apresentadas várias frases-chave, retiradas da fase de caracterização e diagnóstico, que foram validadas na sua quase totalidade pelos participantes. Apontaram-se algumas imprecisões que foram bastante importantes para acertar o quadro de referência e assim partir de uma base sólida para a fase de propostas de intervenção.

Os resultados obtidos, na primeira sessão, atingiram os objectivos pretendidos. Toda esta informação foi, como previsto, transmitida à Coordenação do Plano que a teve em consideração na elaboração das fases subsequentes.

3.2.3 – Fórum do Litoral II

Na Fase III da elaboração do Plano (Proposta de Plano) decorreu a segunda sessão do Fórum Litoral do Flores (9 de Julho de 2007), no Auditório Municipal das Lajes das Flores, onde foram apresentadas e discutidas as orientações



prévias em termos de ordenamento da área de intervenção, com base no cenário de desenvolvimento adoptado, bem como as propostas de Zonas Balneares.

Durante esta sessão foi distribuída uma ficha de participação (Figura 6), que permitiu ter também a sensibilidade da população presente sobre alguns dos aspectos que a equipa pretendia validar. Esta segunda sessão contemplava toda a população, não se focando apenas nos agentes como tinha acontecido na primeira. Assim pareceu de grande importância recolher informação, que também já tinha sido tratada no primeiro Fórum, para confrontar pontos de vista e perceber se as estratégias que estavam a ser seguidas, pela equipa do plano, estavam de acordo com as preocupações gerais.

Em relação ao primeiro Fórum a informação fornecida foi mais detalhada e as opiniões centraram-se na orla costeira e não de uma forma genérica por toda a ilha como aconteceu na primeira sessão.



II Fórum do Plano de Ordenamento da Orla Costeira das Flores

Auditório Municipal

9 de Julho de 2007
20.30h

A Participação de todos é importante. Por favor responda ao inquérito de forma a conhecermos a sua opinião sobre alguns aspectos importantes para o Plano de Ordenamento da Orla Costeira das Flores.

1. Qual é, na sua opinião, o principal problema da Orla Costeira das Flores?

2. Qual é a área da Orla Costeira das Flores que considera ter mais problemas? Porquê? _____

3. Como classifica as seguintes questões no que diz respeito à ilha das Flores?

(1- Nada Importante, 2- Pouco Importante, 3- Não sabe, 4- Importante, 5 – Muito Importante)

Questões	1	2	3	4	5
Perda de População					
Serviços de Saúde					
Tratamento dos Lixos					
Transportes					
Paisagem					
O Desenvolvimento do Turismo					



4. Qual a sua opinião em relação à importância dos seguintes objectivos do POOC da ilha das Flores.

(1- Nada Importante 2- Pouco Importante, 3- Não sabe, 4- Importante, 5 – Muito Importante)

OBJECTIVOS	1	2	3	4	5
Diminuição do risco geológico, com intervenção em áreas prioritárias					
Definir critérios de prevenção para áreas de risco					
Defender a preservação do património natural					
Promover a usufruto da Orla Costeira por parte da população.					
Incentivar o Turismo activo (percursos pedestres, mergulho etc.)					
Qualificar a paisagem com interesse geológico					
Promover o reforço da ligação com a ilha do Corvo.					
Estruturar a utilização de áreas com potencial paisagístico					
Promover a resolução de conflitos na gestão dos lixos, saneamento e indústria extractiva					
Requalificar as Zonas Balneares					
Reivindicar a requalificação dos núcleos urbanos.					
Incentivar a oferta de animação turística, comércio.					
A alertar para as normas no que diz respeito ao património classificado, gestão de recursos hídricos.					

5. Qual é, no seu entender, a medida mais urgente a tomar no que diz respeito ao ordenamento da Orla Costeira das Flores _____

6. Comentários/Sugestões: _____

7. Identificação:

Masculino ___ Feminino ___

Idade:

Menos de 18 anos ___ 19-25 ___ 26-35 ___ 36-45 ___ 46-55 ___ 56-65 ___ + 65 ___

Freguesia de Residência: _____

Profissão: _____

Obrigado pela colaboração

Figura 6. Ficha de Participação distribuída no Fórum II na Ilha das Flores.

Estiveram presentes na sessão do fórum 12 elementos. A sessão teve a duração de 2h e 05 minutos, tendo sido iniciada pelas 20.50h e terminada às 22.55h.

A estrutura da sessão estava dividida em 5 pontos:

1. Importância da Participação Pública;
2. Os resultados obtidos no Fórum I;
3. Cenários de desenvolvimento propostos no Plano;
4. Fundamentos da escolha do cenário Pró-Activo;
5. Validação de Propostas.

No que diz respeito à efectiva participação foram os pontos 3, 4 e 5 que exigiram uma acção mais efectiva dos participantes. Depois de terem sido confrontados com os resultados obtidos no fórum, foram apresentadas e justificadas as primeiras propostas do plano, incluindo os cenários de desenvolvimento e as propostas para as Zonas Balneares, de forma mais detalhada, o que permitiu dar uma visão mais concreta da realidade futura.

No final foram validadas as propostas apresentadas, procurando consensos e auscultando as críticas e sugestões em relação a elas.

Os resultados obtidos permitiram perceber que os pontos estratégicos definidos pela equipa iam ao encontro do sentimento geral em relação aos problemas e soluções encontradas.

Na ficha distribuída na sessão, foi possível apurar como principais resultados os apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Principal problema da Orla Costeira da Ilha das Flores.

Principal Problema da Orla Costeira da Ilha das Flores
Descaracterização
Construções
Lixo

A erosão em alguns trechos litorais e a deposição de resíduos de forma não ordenada, são os problemas mais percebidos (Tabela 5), que em conjunto com a pressão imobiliária podem por em causa as qualidades ambientais existentes. Mais importante é o facto de se assistir a uma dinâmica que pode vir a agravar as condições futuras.

Tabela 5. Área da Orla Costeira da Ilha das Flores com mais problemas.

Área da Orla Costeira da Ilha das Flores com mais problemas
Santa Cruz
Lajes
Fajã Grande

A espacialização dos problemas revelou que os dois núcleos mais importantes da ilha, Lajes e Santa Cruz são reconhecidos como áreas problemáticas, quer por causa das construções quer por parte dos impactes gerados através da produção de resíduos. Destaca-se igualmente a Fajã Grande, a Zona Balnear da ilha mais valorizada, e que é apontada como problemática em resultado da pressão que aí é exercida e dos condicionantes à construção existentes.

Dos objectivos do POOC a maior parte deles são considerados como Muito Importantes ou Importantes, embora se destaquem 2 como os de maior consenso (Tabela 6).

Tabela 6. Objectivos do POOC para a Ilha das Flores.

Objectivos do POOC para a Ilha das Flores
<ul style="list-style-type: none">• Defender a preservação do património natural• Promover a resolução de conflitos na gestão dos lixos, saneamento e indústria extractiva.

Aqui é patente a dicotomia da realidade da ilha. Por um lado a consciência da grande valorização paisagística e ambiental da ilha, reconhecida pelos participantes, que convive de perto, com a necessidade de resolver os problemas quer do saneamento básico quer dos resíduos sólidos, que em conjunto com os locais de indústria extractiva, são responsáveis por grandes agressões à paisagem e que por isso mesmo é importante mitigar.



3.3 – CONCLUSÃO

A Participação Pública é cada vez mais importante ao nível dos processos de planeamento, porém exige perseverança e continuidade no tempo e no espaço. Se em áreas onde estes processos estão mais consolidados a mobilização é por vezes difícil, no caso da Ilha das Flores, onde estas questões são relativamente novas, existiu realmente alguma resistência à participação da população de forma geral, quer por falta de motivação ou por falta de tradição. Porém deve ser salientado o entusiasmo da participação, em especial no segundo Fórum onde a duração ultrapassou as 2 horas, mostrando um empenhamento e interesse.

Assim em função de tudo o que foi referido os aspectos positivos decorrentes do processo de Participação Pública atingiram em larga escala os objectivos inicialmente pretendidos, justificando não só a sua inclusão no Plano, mas também a sua aplicação em situações futuras.

Assim em função de tudo o que foi referido os aspectos positivos decorrentes do processo de Participação Pública atingiram em larga escala os objectivos inicialmente pretendidos, justificando não só a sua inclusão no Plano, mas também a sua aplicação em situações futuras.



4. DISCUSSÃO PÚBLICA: Participações

A metodologia utilizada na análise das participações apresentadas na fase de Discussão Pública do POOC, que decorreu entre 3 de Dezembro de 2007 a 15 de Dezembro de 2008, consistiu nos seguintes passos fundamentais:

1. **Identificação do participante**, nomeadamente o nome, morada e contacto (telefónico ou electrónico), para posterior envio da resposta à participação apresentada;
2. **Enquadramento legal da participação**, de acordo com o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, que estipula as tipologias de participações possíveis, nomeadamente:
 - a) a desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
 - b) a incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
 - c) a desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
 - d) a eventual lesão de direitos subjectivos.
3. **Tipologia da participação**, identificando o seu carácter, nomeadamente:
 - a) Sugestão;
 - b) Observação;
 - c) Reclamação;
 - d) Pedido de esclarecimento.
4. **Comentário/sugestão**, síntese da participação apresentada, relevando as propostas de alteração sugeridas.
5. **Resposta**, de acordo com o comentário /sugestão é elaborada uma resposta à participação.

Após a sistematização da informação, segundo os parâmetros acima descritos, foi possível iniciar a análise dos resultados das participações apresentadas.

5. PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES / RECLAMAÇÕES

Em conformidade com a legislação em vigor, a entidade pública fica obrigada à resposta fundamentada perante os particulares/entidades públicas ou privadas.

Durante o período de Discussão Pública estiveram disponíveis para consulta os documentos mencionados no ponto 1 do presente relatório. As participações resultaram da consulta *in situ* destes documentos, para além de se encontrarem disponíveis na página de internet do Governo Regional, nomeadamente na da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Da Sessão Pública efectuada na Ilha das Flores a 8 de Janeiro de 2008, onde estiveram presentes os elementos da Comissão Executiva do POOC para além de alguns dos elementos da Equipa Técnica do POOC, tendo sido efectuada uma breve apresentação sobre a proposta do Plano. No entanto, no decorrer do período de discussão pública foram recepcionadas treze participações, na Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. Contribuiu também para o processo de discussão pública a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), que apresenta uma intervenção de carácter diversificado, com o objectivo de incentivar a abertura da Região a novos mercados.

No que diz respeito às participações recepcionadas, verificou-se que a origem das mesmas não se resume apenas à Ilha das Flores, mas também a São Miguel, nomeadamente a APIA.

As participações abordam diversas áreas temáticas:

- Permitir a construção nas freguesias da Fajã Grande e Lomba;
- Rentabilização das águas quentes na costa do Lajedo;
- Infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais;
- Alargamento da zona de construção quer no Pau Queimado quer no Cerrado Martins;
- Classificação dos locais de interesse cultural e paisagístico.

Representando espacialmente as Participações Públicas (fig. 7) verificou-se que incidiam essencialmente na Ponta da Fajã, Fajã Grande, Lajedo, Cerrado Martins e Pau Queimado.



Figura 7. Representação espacial das Participações Públicas na Ilha das Flores.

Perante a análise das participações apresentadas, procedeu-se à elaboração e envio das respostas às questões e opiniões colocadas pelos participantes.

Das treze participações apresentadas, nenhuma continha argumentação que resultasse na necessidade de alteração significativa da versão final do Plano, no entanto, foram efectuadas algumas rectificações apontadas por alguns dos participantes. Foi também elaborado um parecer geológico por parte da equipa técnica do POOC, para anexar a algumas das participações, onde o tema central era a permissão de construção na Ponta da Fajã Grande.

Considera-se que o processo de Discussão Pública foi muito positivo uma vez que proporcionou mais um momento de interacção entre os participantes e a Equipa do Plano, vindo a enriquecer e consolidar a fase final de elaboração do POOC.



6. SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS AO PLANO

A principal alteração efectuada no POOC decorrente do processo de Discussão Pública, resultou da participação pública da APIA e conduziu à alteração do regulamento no n.º 2 dos artigos 24º e 25º, viabilizando a possibilidade de construção de infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais reconhecidas como imprescindíveis à viabilidade económica dos projectos, desde que os mesmos tenham sido classificados como de Interesse Regional.



ANEXO

Lista de participantes no processo de Discussão Pública



Lista de participantes no processo de Discussão Pública

- Francisco Goulart Belo;
- Carla Patrícia Moniz Gomes;
- José Francisco Furtado;
- Bruno Filipe de Freitas Belo;
- José Furtado da Silveira;
- Isaac Baltasar Filipe da Silveira;
- António Maria Vasconcelos;
- João António Vieira Lourenço;
- Nelson Deodato Valadão Furtado;
- Georgina do Carmo Furtado;
- António Valadão Serpa;
- Manuel Caetano da Silveira;
- Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE.